



Ademir Divino Vaz

JOSÉ, TEREZA, ZÉLIA...
E SEU TERRITÓRIO CIGANO

COLEÇÃO OLHARES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Ademir Divino Vaz

JOSÉ, TEREZA, ZÉLIA...
E SEU TERRITÓRIO CIGANO

— COLEÇÃO OLHARES —

Anápolis, GO
Universidade Estadual de Goiás
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Endereço: BR-153 – Quadra Área
75.132-903 – Anápolis – GO

GERÊNCIA DE PESQUISA
Coordenação de Projetos e Publicações
Coordenação editorial: Carla Conti de Freitas

Corpo Editorial: Carla Conti de Freitas
Christhyan Martins Castro Milazzo
Ivano Alessandro Devilla
Liliane da Silva Coelho
Pedro Sérgio dos Santos
Plínio Lázaro Saleiro Naves

Revisão: Thalita Gabriele Lacerda Ribeiro
Projeto gráfico: Adriana da Costa Almeida

Catálogo na Fonte
Biblioteca UnUCET-Universidade Estadual de Goiás
Bibliotecária Betânia Fernandes Dourado – CRB 2.261

V393j. Vaz, Ademir Divino.
José, Tereza, Zélia...e seu território cigano. / Ademir Divino Vaz. –
Anápolis : Universidade Estadual de Goiás, 2010.

94 p. – (Coleção olhares; 1)

ISBN 978-85-63192-05-9

1. Ciganos – Assentamento urbano – Ipameri, GO. 2. Geografia cultural – Ciganos – Ipameri, GO. 3. Nômades – Ipameri, GO. I. Vaz, Ademir Divino. II. Título.

CDU 911.375 (=214.58) 817.3 Ipameri

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia. A violação dos Direitos Autorais (Lei n. 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2010

Esta obra foi financiada pela Universidade Estadual de Goiás
e originada da Dissertação de Mestrado do autor.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

Governador

Mauro Netto Faiad

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOÍAS

Luiz Antônio Arantes

Reitor

Eliana Maria França Carneiro

Vice-Reitora

Maria Elizete de Azevedo Fayad

Pró-Reitora de Graduação

Harlen Inácio dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Danusia Arantes F. Batista Oliveira

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

Gerson Sant'Ana

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Eliana Machado Pereira Nogueira

Diretora do Núcleo de Seleção

Hamilton Barbosa Napolitano

Gerente de Pesquisa

Carla Conti de Freitas

Coordenadora de Projetos e Publicações

Esta obra é dedicada aos meus pais (WALDO E NÍRÍIA), como gratidão. À minha amada MARA RÚBIA, como incentivadora nas descobertas da vida.

Agradeço à professora e orientadora desta pesquisa, MARIA GERALDA DE ALMEIDA pelas valiosas contribuições e ao professor co-orientador ALECSANDRO J. RATTI pelo carinho e acompanhamento ao trabalho. Também, agradeço à Universidade Estadual de Goiás por possibilitar essa publicação.

PREFÁCIO

Maria Geralda de Almeida¹

Como os ciganos se inserem nas preocupações geográficas? Essa é uma questão que intriga o leitor ao ver o tema na geografia. É preciso, contudo, considerar as mudanças mais significativas ocorridas no campo dessa ciência nos últimos trinta anos para contextualizar o conteúdo deste livro e entender a sua valiosa importância para a geografia e para as ciências afins.

Na década de oitenta, ocorreu o que se denominou *le tournant culturel en géographie*. No Brasil, esse novo paradigma foi interpretado como uma geografia cultural renovada e significou um empenho dos geógrafos da abordagem cultural em buscarem compreender o significado dado pelos indivíduos às representações e o modo como esses mesmos indivíduos percebiam e compreendiam seu ambiente.

O enfoque cultural, como abordagem, possibilitou um melhor entendimento da construção do espaço, a exploração de temas susceptíveis de serem estudados pela geografia e a apreciação da

¹ Professora do Programa de Pos-Graduação em Geografia –IESA/UFG. Graduada em Geografia pela UFMG, mestre e doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III, pós doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, em Geografia Cultural pela Université Laval, Università Degli Studi Di Genova e Université de Paris IV Paris-Sorbonne.

diversidade cultural do planeta. Alguns geógrafos culturalistas ingleses defendem que a geografia cultural renovada é um estilo de pensamento que reúne uma ampla variedade de questionamentos e de maneiras de respondê-los. Seria uma espécie de democratização do entendimento, além de se configurar como uma possibilidade de mirar o mundo pelas diferenças.

Essa geografia cultural renovada, impregnada das características da pós-modernidade, retoma com grande vigor uma das tradições mais valiosas do romantismo alemão: a curiosidade pelo “outro”. Reconhece-se, na atual abordagem, que o eurocentrismo lançava um olhar vesgo sobre o restante das percepções do mundo. Assim, fez-se necessário o abandono dessa visão ao mesmo tempo em que se adotava a proposta de se atribuir significados à alteridade, descobrir que o “outro” é também nosso vizinho. A partir da década de 1990, foram fecundos os estudos cuja ênfase estava na cultura como veículo para investigar a sociedade, seus espaços e seus lugares. Assim, temas como gênero, marginalização, novas formas de racismo, espaços do medo e da violência, corpo, minorias étnicas, classes sociais desfavorecidas, homossexuais, sem-tetos, imigrantes, idosos, sem-terra, errantes despossuídos e excluídos – como os ciganos – tornaram-se objeto de vários estudos.

A abordagem cultural torna sensível a variedade de atitudes, de hábitos e princípios que auxiliam no entendimento do espaço. Ela faz compreender a multiplicidade e a diversidade das formas que os grupos sociais elaboram em relação à espacialidade, sobre a qual os geógrafos se debruçam incessantemente e se interrogam. É uma reflexão humanista no bojo da qual foi elaborado este estudo que este livro faz sobre ciganos, um tema ainda pouco explorado na geografia. Nisso está a riqueza deste livro do Ademir Vaz.

Num sentido social, os ciganos são um exemplo da dialética, na qual se entrecruzam o visível *versus* o não visível, já que eles têm um espaço social e são tolerados enquanto não causam problemas, isto é, enquanto se fazem invisíveis. Penetrar no invisível e torná-lo visível, mesclar o invisível com o visível em sua complexidade e buscar a compreensão desse grupo social culturalmente distinto em

seu processo de territorialização foi o desafio assumido pelo Ademir na sua dissertação de mestrado

Durante três anos, o pesquisador observou uma comunidade de ciganos em Ipameri, no Estado de Goiás, e documentou-se de informações sobre o grupo. A história oral foi o procedimento empregado para perceber os valores culturais, apreender a visão de mundo e as trajetórias geográficas de cerca de 15 famílias transitando ou residindo, temporariamente, na sede do município, desde os anos de 1980.

O resultado do estudo revela o universo geográfico e cultural dos ciganos de Ipameri. Discutiram-se, com muita propriedade, a alteridade, os elementos formadores da identidade cigana e como os ciganos percebem os moradores de Ipameri e estes aqueles. O autor trouxe à tona a questão das relações étnicas, mostrando que o processo de interação social entre o ipamerino e o cigano passa pela barreira da imagem preconceituosa sobre os ciganos. Esse olhar sobre o “outro” constitui a chave para entender como se cria a identidade territorial e as condições para a territorialização cigana em Ipameri. Nesse sentido, Ademir preocupou-se em apresentar os ciganos como importantes agentes sociais que foram capazes de resistir, aceitar, sobreviver no interior do campo de relações a que estiveram expostos. Isso explica a particularidade da comunidade cigana e os conflitos com sua condição de vida nômade.

O território cigano ganha destaque na pesquisa, por meio dele, é possível compreendê-lo como resultado das relações sociais em que o grupo cigano transforma o território e, no processo, é também transformado.

Ademir nos convida a refletir sobre uma geografia que envolve o universo do preconceito, da exclusão, da identidade e diversidade cultural. Essas são questões candentes que fazem parte da pauta dos novos estudos geográficos contemporâneos. Isso porque existem muitas outras geografias nas vidas invisíveis das quais os geógrafos podem se ocupar e que nem sempre têm recebido a atenção dos geógrafos a não ser mais recentemente pelo viés de uma geografia mais humanista. Com *José, Tereza, Zélia*, Ademir nos apresenta a face sensível dos membros da comunidade cigana de Ipameri.

Uma leitura enriquecedora e de rigor metodológico. Esses aspectos poderão tornar este livro uma leitura obrigatória no campo da geografia. A mesma satisfação que tive em ler e depois apresentar-lhes esta publicação estendo-a aos leitores. Que a desfrutem com prazer.

Outubro de 2010

SUMÁRIO

Capítulo 1

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CIGANO EM IPAMERI: DA MOBILIDADE À SEDENTARIZAÇÃO	15
1.1 Breve caracterização histórica dos ciganos: uma	16
origem complexa e uma trajetória de poucos direitos.	16
1.2 Construindo o território cigano	22

Capítulo 2

O TERRITÓRIO CIGANO ENQUANTO PRODUTO E PRODUTOR DE IDENTIDADE	37
2.1 A organização espacial interna do território	38
cigano em Ipameri	38
2.2 As relações sociais institucionalizadas no território cigano em Ipameri	50
2.3 O significado do território para os ciganos.	57

Capítulo 3

OS MÚLTIPLOS OLHARES DO/NO TERRITÓRIO CIGANO 59

3.1 A representação “dos tempos” e a representação dos
espaços: de visitante à integrante da cidade 60

3.2 O território cigano no espaço urbano de Ipameri 64

3.3 Ciganos parentes, moradores conhecidos e
moradores estranhos: relações sociais entre ciganos
e demais moradores em Ipameri 68

CONSIDERAÇÕES FINAIS 83

REFERÊNCIAS. 89

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CIGANO EM IPAMERI: DA MOBILIDADE À SEDENTARIZAÇÃO

Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida.

FRIEDRICH RATZEL, (1898, p. 94).

O povo cigano não entende a natureza somente como a doadora dos elementos fundamentais como alimentos e água, mas como uma fonte magnífica e inesgotável de energia.

ROSALY MARIZA SCHEPIS, (1997, p. 66).

O problema que sempre existiu ao estudar os ciganos foi o risco do exotismo e da comparação depreciativa. Se, por um lado, as pessoas se encantam e se surpreendem com o “estranho” modo de vida dos ciganos, por outro, não relutam em considerá-los inferiores, atrasados. Dessa forma, costuma-se definir os ciganos como sendo o povo que não tem residência fixa, que não tem uma pátria, que não tem emprego...

Contudo, não se pode explicar os ciganos pelo que lhes falta, tendo como ponto de referência a nossa sociedade, pois assim, deixa-se de ter uma melhor compreensão da sua realidade. Pensando na essência da realidade cigana, este capítulo inicial traz uma breve caracterização histórica dos ciganos, apresentando a formação do

Território Cigano em Ipameri para localizar, no tempo e no espaço, o objeto de estudo.

Todo grupo social quando ocupa um determinado espaço, não só o transforma num espaço social que exprime essa sociedade particular, a partir do uso que lhe destina, como constrói um espaço-tempo que é diferente daquele que outra sociedade poderia construir. Assim, apropriar-se do estudo de um grupo social é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço. Nessa perspectiva, irá apresentar-se a seguir uma resumida caracterização histórica dos ciganos.

1.1 Breve caracterização histórica dos ciganos: uma origem complexa e uma trajetória de poucos direitos

O amor à liberdade, à natureza, e a sabedoria de viver representada por um conjunto de tradições e crenças, fazem parte de uma cultura fascinante e polêmica de um povo amante da música, das cores alegres e da dança.

Tais características são inerentes à cultura cigana. Para esse povo o importante é o momento presente. O passado é experiência e lembranças, e o futuro uma expectativa aventureira de conseguir sobreviver à margem de uma sociedade, que por muito tempo não conhecia a origem desse povo. São traços predominantes de uma doutrina hedonista, que considera o prazer como fim último e universal da conduta humana.

Foi difícil distinguir entre a lenda e a história com respeito à origem dos ciganos. Para Peter Godwin (2001) somente no século XIX, através de pesquisas linguísticas e antropológicas, graças a indícios nos vários dialetos de seu idioma – o romani – chega-se a conclusão de que os ciganos, provêm da região de Gurajati, norte da Índia e que foram para o Oriente Médio há cerca de mil anos. Referências bibliográficas mostram que, os ciganos migraram da península indiana para Europa há quase mil anos. Espalharam-se pelo continente europeu deixando de ser um povo homogêneo. Nos séculos XVI e XVII foram expulsos de vários países e passaram a

ser associados aos criminosos, aos propagadores de epidemias e aos ladrões. Esta racionalização negativa era aceita pela maioria, para justificar as medidas de expulsão ou de distanciamento.

A história dos ciganos foi marcada também por perseguições e preconceitos durante a sua dispersão pelo mundo a partir do século XI. Segundo Martinez (1989), na Moldávia e na Valáquia, atualmente Romênia, os ciganos foram escravizados durante 300 anos; na Albânia e na Grécia pagavam impostos mais altos. Também na Hungria conheceram a escravatura. E os ingleses expulsavam, sob pena de morte, aqueles que se recusavam a fixar residência, ou seja, os ciganos. Na Alemanha, crianças ciganas eram tiradas dos pais com a desculpa de que “iriam estudar”, enquanto a Polônia, a Dinamarca e a Áustria puniam com severidade quem os acolhesse. Pior ainda acontecia nos países Baixos, onde inúmeros ciganos foram condenados à forca e seus filhos obrigados a assistir à execução para aprender a “lição de moral”.

Schepis (1997) reforça os exemplos de perseguições, preconceitos e discriminações sofridas pelos ciganos. Para ela, na Sérvia e na Romênia eles foram mantidos em estado de escravidão por um certo tempo e a caça ao cigano aconteceu com muita crueldade e com bárbaros tratamentos.

A hostilidade ao cigano vem devido aos seus hábitos de vida muito diferentes daqueles que tinham as populações sedentárias. Eles eram, também, considerados inimigos da Igreja, a qual condenava as práticas ligadas ao sobrenatural, como a cartomancia e a leitura das mãos que os ciganos costumavam exercer.

A falta de uma ligação histórica precisa a uma pátria definida ou a uma origem segura não permitia o reconhecimento como grupo étnico bem individualizado. A oposição aos ciganos se delineou também nas corporações, que tendiam a excluir os concorrentes no artesanato, sobretudo no âmbito do trabalho com metais.

Comerciantes natos, artesãos de cobre, metais e ourives, artistas, músicos e as mulheres leitoras da sorte, nunca passaram despercebidas na história da humanidade. Sob o nazismo, os ciganos tiveram um tratamento similar ao dos judeus: muitos deles foram enviados aos campos de concentração, onde foram submetidos

à experiências de esterilização, usados como cobaias humanas. Calcula-se que meio milhão de ciganos tenham sido eliminados durante o regime nazista.

Mello Moraes Filho em sua obra clássica denominada “Os ciganos no Brasil e o Cancioneiro dos ciganos”, publicada em 1886, destaca a deportação de ciganos para o Brasil:

São ordenações do Reino: – Decreto de 27 de agosto de 1685 (Fica comutado aos ciganos o degredo da África para o Maranhão). – Provisões de 15 de abril de 1718, 23 de agosto de 1724, 29 de maio de 1726 e de 29 de julho de 1740 – Se os ciganos e outros malfeitores, degradados do Reino para Pernambuco, não adotarem nesta capitania algum modo de vida estável e continuarem a cometer crimes, serão novamente degradados dela para Angola. (Moraes Filho, 1981, p. 26)

É reforçada a deportação de ciganos para o Brasil quando Lima (1996) refere-se a China (1936) e a Locatelli (1981). Para China (apud Lima, 1996), a presença dos ciganos no Brasil é citada num ato governamental de D. Sebastião, datado de 1574, pertinente ao cigano João Torres. O conteúdo deste ato versava sobre a comutação de sua pena para esta colônia portuguesa, onde poderia vir acompanhado de sua família. Esta resolução é considerada como o mais antigo registro sobre a vinda dos ciganos para o Brasil. Segundo Locatelli (apud Lima, 1996) as políticas desenvolvidas por Portugal, visando o povoamento de suas colônias, contribuíram para que os ciganos fossem deportados para o Brasil, conforme documentos dos séculos XVII e XVIII.

É difícil traçar os rumos tomados pelos ciganos no Brasil. Sabe-se que os primeiros que vieram para o Brasil, estabeleceram-se em Pernambuco, na Bahia e Minas Gerais, “o rumo posteriormente tomado pelos deportados, quantos internaram-se nas florestas ou permaneceram nos centros colonizados, é uma questão complexa e de resolução difícilima” (Moraes Filho, 1981, p. 27). No Brasil nunca existiu uma política pró-cigano, nem leis que tratam especificamente das minorias ciganas. No entanto, na constituição da República

Federativa do Brasil promulgada em 1988 existem alguns artigos que por extensão podem também ser aplicados aos ciganos.

No artigo 3º, evidencia-se como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No artigo 5º, está escrito que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Desta maneira, observa-se na Constituição Brasileira o direito a não-discriminação, o que na maioria das vezes só fica na teoria.

Ainda no artigo 5º, percebe-se o direito à livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. Esse, provavelmente, é o direito mais importante para a maioria dos ciganos, o direito à livre locomoção.

Nota-se, portanto, na Constituição Brasileira a garantia de alguns direitos que cabem também aos ciganos. Porém, na prática, conforme já foi mencionado, muitos destes direitos são constantemente ignorados e violentados.

Mio Várdice, representante da União cigana do Brasil, fala sobre a origem do preconceito que cerca o povo cigano:

Não se pode dizer que a origem é esta ou aquela, uma única coisa. São vários fatores: primeiro é o nomadismo, o modo de vida ser diferente, seria a barganha, o comércio. Essa discriminação gerou-se porque nós infelizmente fomos rotulados pela sociedade branca que não admitia que nós somos um povo livre e tivesse nossa própria cultura. Isso eu falo nos termos da época do Brasil Colonial e Imperial. (...) Dizem que os ciganos roubavam crianças. Existem controvérsias sobre isso. (...) Naquela época de 1500, 1600, 1700, onde as moças da sociedade se perdiam, então havia aquele problema. Então era mandada para Europa para estudarem piano num convento, esperando que a criança nascesse, e as freiras davam essas crianças aos nômades

que passavam. Daí via-se em alguns acampamentos, ciganas loiras de olhos azuis. (...) Daí criaram as controvérsias, esses mal entendidos.¹

Pelo depoimento, percebe-se que o preconceito aos ciganos no Brasil advém do diferente modo de vida deles e que a herança cultural desenvolvida através de inúmeras gerações pelos brancos condiciona esses a reagirem depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos “padrões” aceitos pela maioria da sociedade. Por isso, a discriminação ao comportamento de pessoas “diferentes”.

Os ciganos oriundos da Península Ibérica são chamados de Kalons. O historiador Rodrigo Corrêa Teixeira (1998) acredita que até o final do século XVIII existia no Brasil somente ciganos Kalons.

O povo cigano está dividido em vários grupos com denominações próprias como Kalons, Lovara, Tchurara, Matchuara e os Kalderash que têm como principais ocupações a dança, o canto e o artesanato. Teixeira (1998) acredita que a partir da segunda metade do século XIX os ciganos vieram em número significativo para o Brasil, provenientes da Itália, da Alemanha, dos Bálcãs e da Europa Central. Mas, ainda conforme o mesmo, antes dessa onda migratória, já na década de 1830, havia entrado em Minas Gerais ao menos uma família, justamente àquela que anos depois gerou o presidente da República Juscelino Kubitschek.

Segundo Santos (2002), os grupos ciganos estão historicamente muito divididos no Brasil por terem trajetórias diferenciadas, formas e estilos de vida diversos. Provavelmente os primeiros ciganos Kalons chegaram ao Brasil no século XVI deportados da península ibérica. Chegados ao Brasil, os Kalons logo se espalharam pelas diversas capitanias. No século XVIII, já se faziam numerosos, tanto quanto a intolerância dos governantes, que em várias capita-

¹ Entrevista concedida à Beth Rabelo – Programa RCR – Debate (Rádio Difusora – Goiânia-GO) em julho de 2000. Transcrição feita por Ademir Divino Vaz.

nias lançavam mão de provisões e leis com o intuito de expulsá-los de suas áreas de controle.

Historicamente, poucos Kalons se dedicaram à arte do cobre. Mas, desde o século XVI, eles desempenhavam atividades ligadas ao comércio de cavalos, são os chamados “tropeiros” que também sempre foram hábeis em vender cestos, enxovais e correntes de ouro, além da prática do nomadismo.

As causas dos deslocamentos deste grupo, conforme Santos (2002), estão de um lado ligadas essencialmente às suas atividades econômicas e por outro lado, à sua específica organização sócio-cultural, a qual pode ser apontada como responsável pela perpetuação de alguns traços fundamentais pertinentes à cultura cigana, uma vez que nesta, os papéis sócio-econômicos são bem definidos entre os sexos. Ainda segundo esta autora, muitos Kalons brasileiros exercem também a prática cotidiana da leitura da sorte, especialmente a quiromancia efetuada em locais com grande circulação de pessoas, exercidas unicamente por mulheres. Aos homens, cabe o negócio de cavalos, carros e carroças.

Percebe-se que as pesquisas até agora realizadas no Brasil provam a existência de ciganos no país desde o século XVI. Porém, não existem dados oficiais sobre o número de ciganos no Brasil, nem sobre a sua distribuição geográfica, o que existem são apenas estimativas. Segundo Santos (2002), há aproximadamente no Brasil 300 mil ciganos. As maiores concentrações de Kalons são algumas cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Mato Grosso.

Após a breve caracterização histórica dos ciganos, passa-se, a seguir, a apresentação da formação do Território Cigano, acreditando que cada grupo, que cada cigano, tem sua particularidade, sua singularidade. O início da discussão do objeto de estudo impõe, em primeiro momento, uma abordagem teórico-metodológica do conceito utilizado ao longo da pesquisa e do livro.

1.2 Construindo o território cigano

Para considerar que os ciganos construíram um Território em Ipameri, fez-se a interpretação do Território enquanto um dos conceitos-chave da geografia baseando-se em Haesbaert (1995 e 1999), Moraes (2000), Ratzel (1982), Raffestin (1993) e Souza (1995). Parte-se de uma compreensão do território sob um prisma mais subjetivo, de um espaço no qual o homem estabelece vínculos, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais. A noção de território para o principal objeto de pesquisa, o agrupamento cigano de Ipameri, permeia as raízes culturais e históricas da família, as relações humanas e sociais no agrupamento, enfim, a organização dos ciganos na área ocupada.

Posto assim, entende-se a importância e a presença do território para um grupo social, conforme mostra Friedrich Ratzel (1844-1904). Este, um dos mais importantes representantes da Escola Clássica Alemã de Geografia, em sua obra *“Le Sol, la Société et L’État”* (1898), já destacava que uma sociedade sem território é irrepresentável, e que o homem não podia ser estudado como se ele tivesse se formado no ar, sem laços com a terra. Tanto o homem considerado isolado, quanto os que vivem em grupo encontrarão algum pedaço de terra que pertence ou a sua pessoa ou ao grupo do qual ele faz parte. Para Ratzel, sob variações diversas, a relação da sociedade com o solo permanece sempre condicionada, por uma dupla necessidade: a da habitação e a da alimentação. Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem no território, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Para o autor, não se pode considerar sociedade alguma sem território. A sociedade está enraizada com muita profundidade no seu território. Para ele, ao examinar o homem, seja individualmente ou associado é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção do território e os organismos que fazem parte do grupo, que, só podem ser concebidos junto com seu território. Souza (1995) também reforça que um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a

identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto.

Raffestin (1993) afirma que o território se forma a partir do espaço. Ele é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, que realiza um programa, em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço.

Qualquer projeto no espaço, conforme este autor, é expresso por uma representação que revela a imagem desejada de um território de um local de relações. Santos (2002), baseando-se em Raffestin, diz que o espaço representado pressupõe a imagem de um local de relações, porque produzir uma representação do espaço já é uma forma de apropriação e de controle. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. Conforme a autora, a relação dos grupos étnicos com o espaço se configura no território visto, imaginado e construído de acordo com a realidade momentânea de cada grupamento étnico. Ela define o território para os ciganos como um espaço geograficamente delimitado, porém não juridicamente reconhecido, conferindo-lhes apenas uma categoria situacional, isto é, ligada a uma ocupação limitada no tempo, flutuante e profundamente enraizada na organização do grupo.

O território, cigano em estudo, encontra-se localizado na zona urbana do município de Ipameri, região sudeste do Estado de Goiás. Instalado nessa cidade, o território cigano é formado por uma comunidade, supostamente do grupo Kalon, que há décadas transitou por Ipameri. A área atualmente ocupada foi doada aos ciganos no final da década de 1990.

Diante dos autores citados e outros que serão apresentados no decorrer do trabalho, compreende-se que o espaço ocupado pelos ciganos em Ipameri, reflete todo um re(arranjo) espacial e a formação de uma territorialidade que apresenta uma referência que é a consolidação do espaço vivido, construído a partir da percepção do grupo cigano. Assim, esse espaço será entendido e apresentado enquanto território, revelador das práticas sociais que norteiam o cotidiano deste grupo.

TRANSITANDO POR IPAMERI

Com o nome originário do idioma tupi-guarani, cujo significado é Entre Rios, Ipameri limita-se ao norte com o município de Cristalina; a noroeste, Orizona e Urutaí; a oeste com Caldas Novas; a sudoeste com Corumbaba; ao sul com Goiandira e Nova Aurora; a sudeste com Catalão; a nordeste com Campo Alegre de Goiás e parte de Cristalina. Ipameri pertence à chamada região da Estrada de Ferro, composta pelos trechos da antiga Estrada de Ferro Goiás, servindo Anápolis, Goiânia e Brasília, conectada a Estrada de Ferro Mogiana, atravessando o Triângulo Mineiro, até Campinas no Estado de São Paulo (Mapa).

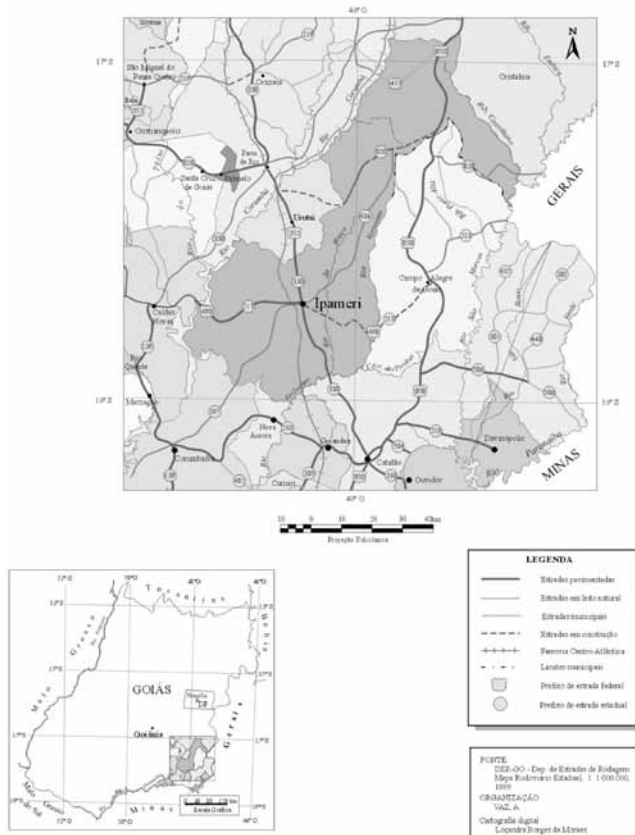
No início do século XX, com o desenvolvimento da industrialização, o papel da ferrovia se ampliaria, passando também a orientar-se no sentido dos centros consumidores e de fornecedores de matéria-prima e de excedentes alimentícios. As ferrovias imprimiam mudanças na organização espacial. Atingindo as cidades, essas sofreram transformações imediatas em sua urbanização. Esse processo se intensificou, à medida em que as ferrovias se estenderam para o interior do país, conjugadas às frentes pioneiras, inserindo novas áreas na economia de mercado e trazendo o povoamento para várias regiões. Nesse aspecto, a Estrada de Ferro Goiás foi exemplar, sobre a qual Ferreira assim se expressou:

Com uma história regional marcada pelo isolamento, devido à falta de transportes e de comunicação, essa Estrada foi um dos agentes modernizadores e integradores da economia do Estado à divisão regional do trabalho, nos interesses da expansão capitalista. Paralelamente, outros aspectos da vida social, política e cultural de Goiás passaram também a se transformar (Ferreira, 1999, p. 35).

Segundo Ferreira (1999), apesar de todos percalços ocorridos no período entre 1915 e 1940 a Estrada de Ferro Goiás manteve uma certa regularidade nos serviços de transportes. Nesse período o autor ressalta o saldo positivo da Estrada também em seus resultados

organizadores na região sudeste de Goiás e os movimentos migratórios para a Região.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO



A partir da segunda década do século XX, com a implantação da Estrada de Ferro Goiás, intensificou-se a vinda de imigrantes para o município de Ipameri. Num primeiro momento, vieram os portugueses Morgados que trabalharam inicialmente na construção do leito da Estrada de Ferro e depois, dedicaram-se à agricultura e

à pecuária. Posteriormente, também fixaram moradias em Ipameri, alemães, italianos e sírios. Assim, durante a primeira metade do século XX, a cidade passou por uma época de expressiva riqueza e efervescência cultural, como uma cidade agrícola-industrial e entreposto comercial, sustentado principalmente pela ferrovia, como reforça Ferreira:

O desenvolvimento de Ipameri, sem dúvida, foi um dos maiores fenômenos da Estrada de Ferro, que chegou em 1913, principalmente pela sua sustentabilidade em todo processo (...). Em 1920, o município era o quarto mais populoso do Estado, com 19.227 habitantes, estando adiante Goiás, Morrinhos e Catalão. (...) Nas primeiras duas décadas dos noventa, 82% dessa população era voltada às atividades agrícolas. Mas na década de trinta, ápice de seu progresso, sua população rural decaiu, com grande crescimento da urbana, ficando a frente Anápolis e Goiânia, segundo o censo de 1940. Esse crescimento urbano era assegurado pelo grande centro de comércio ali estabelecido pelas empresas e pelas indústrias (...). Em 1950, com a fragmentação de seu território, sua população diminuiu, mas embora sem grande alteração populacional, a cidade ficou entre as quatro maiores do Estado (Ferreira, 1999:68).

Durante a primeira metade do século XX, conforme já mencionado, a ferrovia constituiu-se em fator fundamental para a cidade de Ipameri, em razão de ser a sua sustentação econômica e o centro das atividades locais. Sabe-se que a ferrovia era uma grande porta de comunicação entre as populações das cidades situadas ao longo dos trilhos.

As estradas, em grande parte do Estado de Goiás, antecederam a ferrovia porém foram multiplicadas pela necessidade de se alcançar os terminais ferroviários. Na região sudeste do Estado não foi diferente, várias estradas foram construídas na primeira metade do século XX, e eram usadas pelos carros de bois, tropas e transportes rodoviários (Ferreira, 1999).

Provavelmente o desenvolvimento econômico, gerado pela Estrada de Ferro Goiás, em Ipameri, teve importante papel no processo de mobilidade dos ciganos para essa cidade. Sr. José Soares da Costa, líder da comunidade cigana, nascido em 1940, na cidade de Vianópolis² e sua esposa, Dona Tereza, também nascida no mesmo ano e cidade, se lembram de transitarem com seus pais em tropas de cavalos, e posteriormente em carroças, pelos municípios cortados pela Estrada de Ferro Goiás e de permanecerem por um tempo maior no município de Ipameri. Segundo Dona Tereza, seus filhos nasceram nesse período de deslocamentos, nas cidades de Ipameri e Pires do Rio. De acordo com o censo realizado na comunidade cigana, os filhos do Sr. José e de Dona Tereza (Zélia, Jesus, Célio, Paulo, Ionice) nasceram nas décadas de 1960 e 1970.

Os últimos anos da primeira metade do século XX e as décadas seguintes estão representadas subjetivamente no arranjo territorial da comunidade cigana de Ipameri, ou seja, são momentos que se fazem presentes na vida dos ciganos adultos e são expostos oralmente como se pode ver nos depoimentos a seguir:

Antes de parar em Ipameri, nós passamos por aqui(...). Nós somo daqui. Eu sou daqui, de Vianópolis. Era acostumado pousar aqui, muitos anos, uns 40 anos já. Uns 40 anos nós acampava aqui. A gente saía de tropas, de cargueiro, andava pelas estradas, pelas roças, quaise não tinha asfalto. No início não tinha carroça e não tinha perigo, não tinha assaltante. (José, 62 anos – 08/01/2003).

A mulher cigana também relembra-se das primeiras passagens em Ipameri.

Eu também nasci em Vianópolis, eu mais ele (referindo-se a José). Antigamente tinha a turca veia, a finada Catarina, lá do outro lado. Lá era um mangueiral, ali nós embarracava lá, de dentro lá. Eles era muito bão pra nós. As primeiras veize que

² Cidade localizada a 130 km de distância de Ipameri.

nóis passou por Ipameri, nóis ficava lá nesse lugar. (Tereza, 62 anos – 08/01/2003).

Nos depoimentos dos ciganos observa-se que os espaços percorridos por eles estão presentes em suas experiências de vida. Lima (1996) destaca que

os caminhos/lugares vivenciados ciganamente aparece com toda a força de expressão, registrados indelevelmente nas faces, nos corpos, nos olhares. No fundo dos olhos, os ciganos trazem paisagens interiorizadas nas profundidades dos seus espíritos, vindos à luz por intermédio de experiências e percepções exteriorizadas em atitudes, condutas e emoções (1996, p. 76).

A forma cigana de apropriação do espaço segundo Teixeira (1998) é direcionada por uma racionalidade comunitária e pelo nomadismo, onde as relações de parentesco e as atividades econômicas são seus próprios limites. Para ele o nomadismo não interferia na formação do território, pois o nomadismo propiciava que as fronteiras dos territórios ciganos fossem “portáteis”. Ainda que houvesse muitos acampamentos em terrenos de outros proprietários, o fato de que não tinham a posse não interferia no sentido simbólico dos mesmos. As barracas e a solidariedade entre as famílias eram os elementos que tornavam “portáteis” os territórios, sinalizando que um determinado espaço era cigano.

Sr. José e Dona Tereza, que são primos primeiros – o pai do Sr. José (Levino) é irmão do pai de Dona Tereza (José Pinto) – tiveram conhecimento sobre Ipameri no início dos anos 60, do século passado, através de contatos com moradores da cidade por intermédio dos acampamentos, ou como diz Dona Tereza “embarracamentos”. O que é também lembrado por moradores de Ipameri que tiveram contatos com os ciganos nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. É o caso da família do Sr. José Evangelista Troncha, que conheceu os ciganos na década de 1960.

Em 1964 nós tivemos o primeiro contato, pois meu pai mexia com olaria, e sempre traziam aqueles animais para o meu pai. Porque naquela ocasião a olaria era tocada com pipa, os animais é que puxavam a pipa para fazerem os tijolos. Em 1964 o contato foi com os pais e posteriormente com o Zé e os irmãos. A amizade foi aumentando e até hoje nossa relação é muito grande. (José Evangelista Troncha – 30/01/2003).

A família do Sr. José e de Dona Tereza transitou por cidades da região através de caravanas que iam pelos campos, numa vida de aventura dependendo da boa vontade de vários fazendeiros para armarem seus acampamentos. Nem todos os proprietários davam-lhes guarida e proteção. Quando sua estadia era na cidade, os homens e algumas mulheres circulavam pela mesma para fazerem, de acordo com o feitio de sua gente, barganhas principalmente de mulas e cavalos.

Em depoimento, José Evangelista Troncha se recorda das transações comerciais e afirma que após 1964 não perdeu o contato com a família cigana de Sr. José e Dona Tereza.

Eu tenho lembranças deles de 1964 para frente. Eles não ficavam em Ipameri, eles eram nômades. Eu lembro muito bem até hoje que meu pai fez um negócio com ele de uma mula. A mula chamava Violeta. Ela chegou na porta da casa do meu pai e empacou, não queria sair de jeito nenhum, porque não tinha costume. Ele falou vamos pingoleta desgraçada. É uma coisa que a gente era criança e não esquece mais. Nunca perdemos os contatos depois de 1964, todas vezes que eles vinham para Ipameri eles iam pra casa. Eles vinham pra cá e nunca esquecia de nós. Ficava na chácara do meu pai. (30/01/2003).

Estas viagens duravam semanas e até meses, o que custava um enorme empenho físico e econômico. A maior parte dos deslocamentos envolvia pequenas distâncias. Dona Tereza, a mais idosa da comunidade, relembra que raramente o grupo percorria longas distâncias como de um estado a outro.

O Sr. José Evangelista Troncha, ex-vereador de Ipameri e professor aposentado, teve papel importantíssimo e decisivo na territorialização dos ciganos em Ipameri, sendo o principal responsável pela permanência deles na cidade, como se pode ver a seguir.

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CIGANOS EM IPAMERI

Os ciganos começaram a “legitimar” sua territorialização em Ipameri no final da década de 1980 quando os membros da família do Sr. José e Dona Tereza resolveram ocupar uma área dentro do perímetro urbano de Ipameri, próxima à Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo – Polivalente, no bairro Monte Castelo. Os ciganos não conseguem se lembrar do ano exato, porém se recordam do Prefeito municipal da época, Senhor Valfredo Perfeito, daí porque situar-se esta ocupação em fins dos anos 1980.³

Ficamos lá embaixo perto do Colégio Polivalente. Lá foi o primeiro lugar [refere-se a lugar “fixo”]. Ficamos lá muito tempo, que ano é aquele Tereza? [Tereza não se lembra]. Nós ficamos lá 8 anos. De lá viemos para ali, ao lado, um terreno livre e depois pra cá. Lembra da primeira vez que o Valfredo foi prefeito? Pois é, desde daquela vez, a gente morava lá embaixo. (Sr. José, 62 anos – 12/10/2002).

O líder atual da comunidade Sr. José; sua esposa, Dona Tereza; e o ipamerino José Evangelista Troncha foram os precursores no processo de territorialização da família em Ipameri. Os mais jovens disseram que acompanharam o Sr. José e a Dona Tereza e destacaram como dificuldade o meio de transporte para realizarem suas mudanças e como vantagem por ficarem em Ipameri, a conquista da área. Já os precursores afirmam que o contato com

³ Valfredo Perfeito governou a cidade de Ipameri pela primeira vez de 1983-1988.

Ipameri há vários anos, as amizades que possuem na cidade e as ajudas que sempre receberam dos moradores foram os motivos de ficarem em Ipameri.

Onde nós parou mesmo foi aqui (refere-se a Ipameri). Aqui a gente tinha e tem mais amizade, o povo daqui é bom, é mais conhecido. (Sr. José, 62 anos – 15/03/2002).

Dona Aparecida, irmã de Dona Tereza, reforça as amizades que possuem na cidade como um dos fatores de sua permanência em Ipameri.

A nossa família tudo é nascida e criada aqui e em Pires do Rio. Eu gosto daqui. Aqui é um lugar bom e sossegado, um pessoal bom, nós tudo tem amizade já com o pessoal da cidade. Todo mundo é conhecido. Minha vontade é não sair daqui. (Aparecida, 57 anos – 23/01/2003).

O bom relacionamento entre ciganos e não ciganos em Ipameri é destacado como causa da territorialização deles na cidade, de acordo com o doador da atual área.

O contato com vários moradores de Ipameri é um fator da permanência deles(...). O povo da cidade é bom pra eles. Eles compram até fiado em algumas farmácias e mercados. O relacionamento entre ciganos e não-ciganos em Ipameri é muito bom. (José Evangelista Troncha, morador de Ipameri – 30/01/2003).

Durante a permanência na área localizada no Bairro Monte Castelo, os ciganos moraram em barracas em um local muito pequeno e com vários vizinhos, entre eles um colégio que funcionava na época nos turnos matutino e vespertino. O lote pertencia à Prefeitura Municipal e não tinha nenhuma infra-estrutura. Nas barracas os ciganos não tinham banheiros, usavam-se privadas precárias sem quaisquer cuidados com a saúde. A falta de higiene acabou gerando

várias denúncias por parte dos vizinhos e, principalmente, dos professores da Escola Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo.

Neste período, os ciganos começaram a manter contatos com alguns políticos da cidade, principalmente com o então vereador José Evangelista Troncha, que já os conhecia desde a década de 1960, conforme já mencionado. Através desse contato, os ciganos fizeram vários pedidos ao vereador e aos prefeitos da época para conseguirem uma área para eles. Em 1998 o pedido quase foi concretizado, quando o prefeito Valfredo Perfeito em seu segundo mandato, por intermédio do vereador, doou uma área aos ciganos próxima ao atual território do agrupamento. O sonho de ter um local próprio durou poucos dias, já que o promotor público da cidade de Ipameri daquela época, que tinha alguns lotes vizinhos à área doada, entrou com uma ação contra a Prefeitura e exigiu que o vereador e o prefeito retirassem os ciganos em 72 horas. Sem lugar para levá-los o senhor vereador comprou um terreno próximo ao local do despejo e os levou para a nova área, como relata o referido José Evangelista Troncha:

Naquela época eles foram maltratados demais em Ipameri. O promotor público ameaçando. Nós tivemos que fazer a mudança deles de noite, eu peguei meus tratores e carreguei a mudança. Não tinha lugar para levá-los, eu fiquei com a coração doendo naquele dia, eu ia levá-los para minha chácara. Aí apareceu o Iron e disse: eu tenho um terreno aqui próximo, muito bom. Ele me vendeu por R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Eu comprei de imediato. Eu paguei quatro prestações de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e fiz a doação para eles (31/01/2003).

Assim, a construção do *Território Cigano em Ipameri*, deu continuidade em 1999, quando eles obtiveram a doação da área pelo Sr. José Evangelista Troncha.

Relacionado com a formação do território está a territorialidade da comunidade cigana em Ipameri. A formação de um território, para Andrade (1994), dá às pessoas que nele habitam a consciência

de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. Para ele, a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo da conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar o território.

Também, para Cara (1994), o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade é a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida.

Portanto, acredita-se que o espaço ocupado pelos ciganos, reflete todo um re(arranjo) espacial e a formação de uma territorialidade que apresenta uma referência básica que é a consolidação do espaço vivido, construído a partir da percepção do grupo cigano.

A escritura da área que compõe o território cigano está no nome do ex-vereador Sr. José Evangelista Troncha, porém o mesmo afirma que o terreno pertence aos ciganos e que a escritura ainda não foi passada para os nomes deles, porque os mesmos não quiseram e têm bastante confiança nele.

Aquele terreno que eles moram fui eu que fiz a doação. A área está ainda no meu nome. Eles não quiseram receber a escritura por toda confiança que eles têm em mim. A escritura fica com eles, mas os impostos eles estão pagando, eu que exigi isso deles. A escritura está no meu nome ainda, mas tudo é deles. (30/01/2003).

Através das informações colhidas junto aos ciganos percebe-se que eles não passaram a escritura da área para seus nomes devido às despesas com o cartório, como o desmembramento do terreno, a escrituração e o registro do documento e, eles pretendem fazer a divisão jurídica da área quando forem providenciar a escritura. De acordo com informações do Cartório 2º Ofício da cidade essas

despesas ficariam, em maio/2003, em torno de R\$ 100,00 para cada lote. Somente o líder Sr. José passou para o seu nome a escritura de seu lote.

O território está situado na periferia da área urbana no setor Tolentino 2, ocupando parte da rua José Ribeiro Marques e rua SR-8, é uma área de 1.738 m² dividida em 14 lotes e mais 01 lote de 240 m². Nas proximidades há residências e vários lotes sem construções. A área é denominada, pelos moradores de Ipameri, como saída para Goiânia, devido a sua localização próxima à GO-330.

Acredita-se que os ciganos de Ipameri produzem territórios delimitados por fatores subjetivos e existenciais formados por elementos de seu cotidiano como relação de parentesco, festas e outros compromissos sociais e políticos, trabalho e ócio, dentre outros. Esses elementos estão profundamente enraizados na organização social do grupo cigano de Ipameri e obedecem a um dado ordenamento sócio-econômico-cultural respondendo funcionalmente a uma sociabilidade vigente. A moradia, o agrupamento, a cidade de Ipameri, são espaços com os quais os ciganos estabelecem diferentes relações independentemente do fato de não estar em seus nomes a área ocupada, daí considera-se que o espaço geográfico dos ciganos na cidade forma um território.

Etimologicamente a palavra território, significa terra pertencente a alguém. Para Corrêa (1994), pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado para o autor. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço.

A apropriação, por outro lado, ainda segundo o autor, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo raça, renda ou outros atributos. A apropriação passa associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Nesta análise considera-se a visibilidade dos territórios identitários de acordo com Almeida (2002) o que será posteriormente discutido e apresentado.

Com a doação da propriedade, os ciganos entraram em mais uma etapa de experiência de vida. Novas situações começaram a surgir dentro do Território. A apropriação da área representava um momento de transição do nomadismo para o sedentarismo. O processo de fixação mostrava, em 1999, que estava ocorrendo uma importante perda da autonomia cigana no que se refere à escolha dos espaços que melhor se adaptava à realidade momentânea das famílias que, inclusive, respeitavam alguns rituais e traços culturais.

Por outro lado, a sedentarização viabilizava o “direito constitucional” à cidadania plena, sedentarização esta conseguida pela garantia de que àquela área era deles. Os ciganos então nômades e autônomos podiam, de certa forma, ter acesso aos direitos mínimos de um cidadão comum. As representações do tempo/espaço nômade e as representações do tempo/espaço do sedentarismo serão apresentadas no capítulo 3.

Assim, a paisagem do território, no ano 2000, revelava que aquele lugar era uma realidade diferente para os ciganos, eles estavam “fixando” suas moradias em Ipameri e poderia ser o fim de uma vida nômade. Essa foi a imagem construída na primeira visita ao local. A imagem foi reforçada pelos depoimentos dos ciganos afirmando que não iriam sair do local.

A área doada não era suficiente para atender a todos os ciganos. Vários deles ficaram sem lotes e armaram suas barracas próximas à área conquistada. Em 2001, permaneciam alguns ciganos, parentes do Sr. José Soares da Costa, acampados, próximos a área ocupada, chegando a ter mais de 100 ciganos na localidade. Naquele ano cresceu a luta para construírem as suas casas de tijolos e deixarem suas barracas. A luta maior era para essas construções, para as quais buscavam a ajuda de políticos e de moradores de Ipameri. No final de 2001, alguns ciganos que ainda não tinham conseguido lotes em Ipameri, foram para a cidade de Caldas Novas, a 60 km de Ipameri, devido à doação de uma área pela prefeitura daquela cidade. O *Território Cigano em Ipameri* passou a ser composto de 44 membros, formando 15 famílias. No ano de 2002 ocorreu na comunidade um nascimento, uma morte e um casamento de uma

cigana com um não cigano; totalizando assim 45 membros, sendo 23 do sexo masculino e 22 do sexo feminino.

A partir de 2002, com as entrevistas, conversas informais, observações das relações sociais e depois de estabelecida uma relação de confiança com esse grupo cigano é que ficaram explícitos os elementos constituintes do *Território Cigano em Ipameri*, que serão nosso foco de interesse nas discussões a seguir.

Para compreender esses elementos opta-se, primeiramente, por apresentar a organização do território, destacando-se sua estrutura populacional, suas atividades econômicas, as relações de parentesco e suas festas, enfim, no próximo capítulo, apresenta-se alguns elementos que contribuem com a consolidação da identidade cigana no lugar.

O TERRITÓRIO CIGANO ENQUANTO PRODUTO E PRODUTOR DE IDENTIDADE

Numa sociedade multirracial ou multiétnica há, potencialmente, todo um conjunto de dispositivos possíveis para que um grupo aumente seus trunfos em detrimento de outros grupos. É a introdução do conceito de discriminação que permite reduzir a competição do grupo ou dos grupos que constituem concorrentes em relação aos trunfos.

CLAUDE RAFFESTIN (1980, p. 132).

Não sei qual seja o destino que os fados me querem dar, quanto mais penas eu choro mais penas eu tenho a chorar. Pensei que vencer trabalhos dependesse do valor, só vence aquele que tem a fortuna a seu favor.

LÍRICA CIGANA – KAMBULINS (MORAES FILHO, 1886, p. 77).

O *Território Cigano em Ipameri* tem formas espaciais específicas, as quais julga-se elaboradas de acordo com a realidade sócio-cultural do grupo e apresentam características bem definidas, que garantem segurança, conforto e liberdade aos ciganos.

Para compreender a identidade territorial apresenta-se, inicialmente, a organização interna do território. Para tanto, tece-se considerações sobre as moradias, a composição etária e as atividades econômicas dos ciganos. Discute-se também as relações sociais estabelecidas entre eles, bem como suas representações simbólicas. Os elementos que serão apresentados contribuem com a dinâmica do território e com a consolidação da identidade cigana no lugar,

assim o território será entendido enquanto produto e produtor de identidade.

A identidade desse território é o foco de interesse a seguir, que tem como referência teórica Almeida (2002), Claval (1999), Haesbaert (1995 e 1999) e Hall (1997), a identidade dos ciganos é entendida como o acúmulo de experiência de vida, da incorporação de valores e das representações elaboradas após a ampliação dos seus conhecimentos. A seguir, algumas características da organização interna do Território.

2.1 A organização espacial interna do território cigano em Ipameri

Através de informações coletadas na Prefeitura Municipal de Ipameri, a área ocupada pelos ciganos é urbana e está situada no setor 004, Quadra 053 no setor Tolentino 2, medindo 37,6 metros de frente e fundos por 46,2 metros nas faces laterais, objeto da inscrição municipal n.º 14.00053.00695-1, CCI n.º 3.780 em 19/03/1999¹. Esta área, como já foi salientado, foi doada a eles no início do ano de 1999, e está dividida em 14 lotes, sendo 7 de frente para Rua José Ribeiro Marques e 7 de frente para a Rua SR-8. Dos 1.738 m², 161 m² compõe-se de área edificada, são 5 casas construídas. No restante da área encontram-se 9 barracas e 4 alicerces para futuras construções. Além dessa área, o *Território Cigano em Ipameri* é composto por um lote de 10 metros de frente e fundos por 24 metros nas faces laterais, o qual foi comprado pelo cigano Joaquim, em 1999, e está agrupado à área doada, com uma casa construída, totalizando-se assim 6 casas existentes no Território.

Os critérios utilizados para a divisão e ocupação da área foram determinados pelo número de famílias constituídas em 1999. As duplas ocupações existentes em três lotes ocorrem devido a filhos que se casaram após a divisão. Já os dois lotes sem construção

¹ Dados coletados em jan/2003.

pertencem a filhos que no momento da divisão moravam separados dos pais e atualmente moram com os mesmos.

A área é servida de rede de energia, iluminação pública e rede d'água. Observa-se a inexistência de pavimentação, meio-fio, galerias pluviais, rede telefônica, rede de esgotos, varrição de ruas e de calçadas construídas.

O espaço que cada família tem como “seu” território varia entre 96 m² e 240 m², onde é erguida sua moradia, lavadas as roupas e os utensílios domésticos, depositados pequenos objetos e ainda utilizado para cuidarem dos cavalos. Esse espaço apresenta-se como uma dada magnitude, que contém dentro de si práticas cotidianas, com uma organização apropriada ao grupo para atender a sua funcionalidade sócio-cultural e econômica.

O cavalo sempre esteve presente na vida dos ciganos de Ipameri, e o comércio do animal é a principal atividade econômica da comunidade. A carroça puxada pelo cavalo é o meio de transporte utilizado pelos ciganos. Assim, dentre os espaços presentes no território, um deles é exclusivo do cavalo. Cada família deixa uma área reservada para a alimentação e cuidados com os animais durante o dia, haja vista que, a noite os cavalos são “soltos” em um lote de propriedade particular, próximo ao território.

A organização das barracas e casas segue um mesmo princípio, baseado na hierarquia das famílias que tem como base o grau de poder de cada cigano perante o grupo, sua idade cronológica e o grau de intimidade entre as famílias, além das necessidades individuais e familiares.

Os mais velhos, Sr. José (atual líder) e sua esposa, moram no considerado “primeiro lote”, com uma área um pouco maior que os outros lotes, com a maior área edificada (69 m²) e com a construção de um dos dois únicos banheiros construídos no local. São eles que normalmente fazem o contato entre todos os ciganos. No caso dos não ciganos, são os que primeiro recebem os visitantes informando aos demais quem são e o que querem os estranhos que chegam ao Território.

É importante frisar que o líder, também denominado “chefe”, tem também como função mediar situações de conflito entre os membros do Território. O líder Sr. José Soares tem habilidade para

falar e talento diplomático para estabelecer alianças. Quase o tempo todo ele está preocupado em ser o porta-voz do desejo da comunidade como um todo, o que pode ser observado em seu depoimento.

(...) os que estão nas barracas a situação tá difícil, ontem eu fui lá no Prefeito, eu pedi ele, e ele me deu um rolo de plástico. O Prefeito, eu sou de dentro da cozinha dele. Eu vou chegar e entram. Eu falei pra ele do plástico, ele perguntou um rolo dá, eu falei dá. Ele falou, eu levo amanhã. Ele mesmo troxe aqui na minha porta. (08/03/2003).

O líder tem prestígio e é ouvido geralmente com mais consideração do que os demais, tanto com os ciganos quanto com a maioria dos não-ciganos que mantêm contatos. Porém, a organização cigana, em cada lote do Território, não é um quadro estático, imposto, comum a todos. Nos limites da sua área, as famílias expressam seus modos de vida, suas representações e particularidades. As casas, barracas e condições financeiras, demonstram a necessidade, o tempo e a identidade de cada família, por isso será apresentada a organização interna das moradias ciganas.

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS MORADIAS

As barracas e casas foram construídas de forma linear, respeitando os limites dos lotes, os quais, em sua maior parte, não possuem cercas. As construções em forma linear possibilitaram uma maior privacidade aos ciganos, que evitam inclusive colocar suas barracas uma em frente à outra, o que ocorre com apenas duas barracas, pelas limitações da área.

As seis casas existentes no Território foram construídas através de Programas de Moradias dos Governos Estadual e Municipal e com ajudas de moradores da cidade. As áreas edificadas variam de 20 m² a 69 m² – ². Cinco delas, foram edificadas pelo Programa

2 Informações obtidas pelo Boletim de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Ipameri(GO), realizado em 04/04/2002.

“Morada Nova”, uma parceria entre o Estado e o Município, nos anos de 2000 e 2001.

Os ciganos tiveram acesso ao Programa através de pedidos e contatos feitos a vários políticos da cidade. A primeira casa construída foi a residência de José e Tereza, no início de 2000, por intermédio do doador da área, José Evangelista Troncha, junto à Prefeitura Municipal de Ipameri, como afirma dona Tereza.

Eu mudei pra essa casa, dia de Santos Reis [06 de janeiro] vai fazer três anos. Ante em morei nessa casinha veia ao lado. Morei 7 meses. Ai dipois que o Juca construiu a minha casa e eu saí dali e vim pra cá. Essa casa ganhmo prontinha, desse jeito. (Tereza, 62 anos – 20/11/2002).

As casas têm em média 4 cômodos, sendo uma sala, uma cozinha, um quarto e uma área de serviços. Elas estão todas com acabamento incompleto, faltando principalmente revestimento interno e externo. O piso é de cimento, a estrutura de alvenaria e a cobertura da maioria é de material cerâmico.

A maioria das barracas possui apenas um cômodo que pode ser dividido por alguns móveis. Mas, o interior das barracas segue uma organização simples e eficiente para o cotidiano dos ciganos. A parte mais interna serve como dormitório; quando a família tem crianças, o espaço é dividido: os adultos ocupam camas próximas à lona, e as crianças dormem na parte mais posterior do dormitório, geralmente separados dos adultos por um tecido ou um móvel. A área central da barraca é usada como “sala” e em um dos lados da barraca são depositados os objetos de uso da família, como as roupas e outros utensílios de uso diário. Logo à entrada fica o espaço reservado para a “cozinha”, porém a maioria das famílias cozinha suas refeições de fora das barracas em um local considerado área de serviços utilizando fogões de barro a lenha. Na quase totalidade das residências ciganas encontram-se fogões a gás, mas não são utilizados. A justificativa é a falta de condições financeiras para a manutenção do gás. Já a lenha é conseguida principalmente nas fazendas através de doações.

O espaço que cada família tem como área de serviços é onde normalmente são feitas as comidas da família, lavadas as roupas e os utensílios domésticos. Esta área de serviços é rigorosamente observada, tanto nas casas construídas quanto nas barracas.

As áreas destinadas ao “banheiro” ficam sempre atrás ou de lado da barraca ou da casa. É um pequeno espaço, onde fura-se um buraco, protegido por algumas tábuas e cercado de madeira ou de plásticos. Somente duas famílias possuem banheiros com vasos sanitários e chuveiros que foram construídos pelo Governo Estadual no final do ano de 2002. Todas as famílias fizeram as inscrições ao Programa, mas só o Sr. José e o Sr. Jorge foram contemplados com as construções.

O espaço de moradia dos ciganos em Ipameri ora transforma-se em espaço individual, ora transforma-se em um espaço familiar e ora em espaço comunitário. Os espaços de moradia são espaços individuais quando garantem aos ciganos a individualidade/privacidade. São espaços familiares quando garantem aos mesmos o convívio com seus familiares, uma vez que nem sempre, na realização das atividades diárias os membros da família estão juntos. As refeições assumem esta função quando esposo, esposa e filhos reúnem para as mesmas ou após as refeições, quando os membros da família reúnem-se para assistir televisão (nas casas em que possuem). Por fim, são espaços comunitários, quando partilhados por mais de um cigano enquanto local de repouso/descanso. Como pode-se notar, o espaço de moradia dos ciganos são os “locais de possibilidades” que, de acordo com seus interesses/necessidades, produzem/(re)produzem estes espaços de diferentes modos.

Claval (1999) denomina de espaço humanizado, o espaço organizado para permitir aos homens viverem como lhes convém num contexto cultural dado. Para ele, os indivíduos passam uma parte de seu tempo no seio de grupos domésticos, geralmente familiares, onde dormem, repousam, cuidam das crianças e se dedicam a tarefas necessárias à manutenção da habitação e à proporção das refeições. Segundo Santos (2002), para o cigano a utilização de um espaço traduz suas concepções humanas, culturais, materiais e filosóficas, com base em concepções arquitetadas e

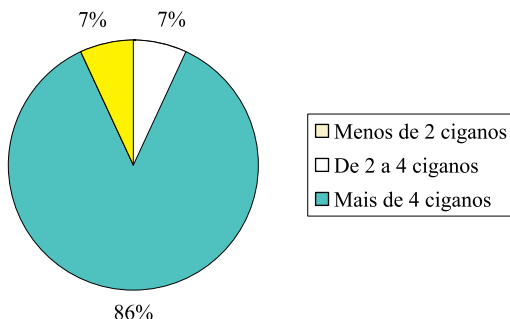
abstratas de espaço e territórios adquiridos, tendo um valor social definido pelo grupo.

A COMPOSIÇÃO FAMILIAR E O GRAU DE ESCOLARIDADE

O número de pessoas por família no *Território Cigano em Ipameri* varia de 1 a 5 membros. Assim, a composição familiar da maioria das moradias, 86%, é composta por 2 a 4 pessoas; 7% possuem menos de 2 pessoas e 7% possuem mais de 4 pessoas (Figura 01).

De acordo com a Pirâmide Etária, mais de 40 % dos ciganos têm menos de 20 anos de idade. A faixa etária que concentra o número maior de ciganos, do sexo masculino é de 0 a 10 anos e do sexo feminino é de 10 a 20 anos, sendo 13,2% de homens e 13,2% de mulheres. Do total, 51,0% dos ciganos são homens e 49,0% são mulheres (Figura 02). O membro mais novo do território é Jesus, filho de Juliana, que nasceu no dia de Natal do ano de 2002 e os ciganos mais idosos são a Dona Tereza e o líder Sr. José, ambos com 62 anos de idade. Dos 23 membros do sexo masculino, 14 são casados, 03 entre 13 e 20 anos e 06 abaixo de 10 anos. As mulheres somam 22, sendo uma viúva, 14 casadas, 04 entre 10 a 20 anos e 03 crianças, abaixo de 8 anos. Percebe-se que na próxima década o número de homens para casamento superará o de mulheres, pois nos últimos anos, nasceram mais homens que mulheres. O que pode ser resolvido se o nascimento de membros do sexo feminino superar o masculino nos próximos anos, haja vista que, as mulheres casam mais cedo (as mulheres a partir dos 13 anos e os homens entre os 17 e 18 anos).

FIGURA 01 – TOTAL DE CIGANOS POR FAMÍLIA NO TERRITÓRIO DE IPAMERI



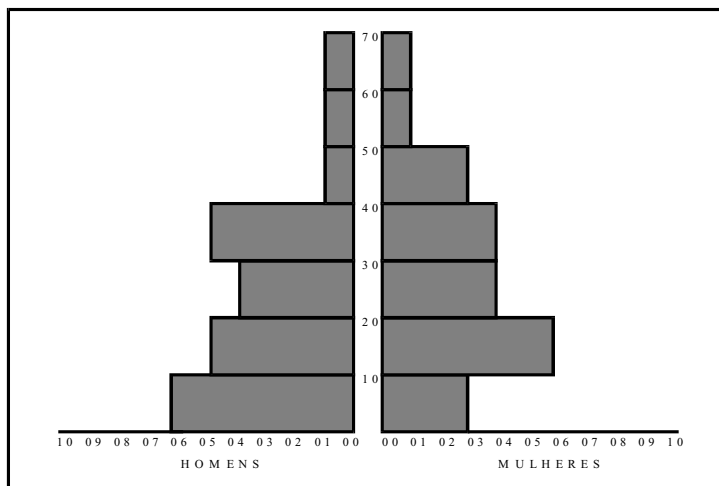
Fonte: Trabalho de campo realizado em out/2002 e jan/2003.
Org.: VAZ, A. D. – fev/2003.

Em períodos de festa de casamento e da festa em homenagem a São João, realizada todos os anos no mês de junho, em Caldas Novas(GO), os ciganos param com suas atividades para participarem dos festejos. São os momentos de encontros dos ciganos de Ipameri com o seu principal grupo de contato, os ciganos de Caldas Novas. Os filhos não frequentam a escola durante algumas semanas para participarem das festas.

A presença irregular às aulas por parte dos filhos dos ciganos reflete no grau de escolaridade dos mesmos. As crianças e adolescentes acabam atrasando seus estudos. A maioria dos pais não se importa se eles abandonam a escola e mesmo chega afirmar que se as crianças não estiverem acompanhando os estudos é preferível parar de estudar.

Os meninos estuda no Polivalente. Esse aqui (refere-se ao Paulo Júnior, de 11 anos) ele começou a estudar e depois nós tirou porque a cabeça dele não dava para estudar. Aí nós deixou pra colocar depois. Agora esse ano nós vai colocar. (Tereza, 62 anos – 08/01/2003).

FIGURA 02 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO
DO TERRITÓRIO CIGANO EM IPAMERI



Fonte: Trabalho de campo realizado em jan/2003.
Org.: VAZ, A. D. – jan/2003.

A Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo, também, comenta sobre as faltas às aulas:

(...) os filhos dos ciganos nem sempre chegam até a final do ano na escola. Quando chegam, muitas vezes, não são aprovados, pois faltam muito, não fazem as tarefas de casa, não têm acompanhamento em casa. (Selma Carneiro – 05/06/2003).

Assim, 51,1% dos ciganos nunca frequentaram uma escola. A maioria não sabe escrever e nem ler, cerca de 24,4% frequentaram as primeiras séries da primeira fase do Ensino Fundamental; apenas 07 crianças, representando 15,6% dos ciganos do Território, frequentam aulas nas primeiras séries da primeira fase do Ensino Fundamental na Escola mais próxima ao agrupamento, a Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; 8,9% das crianças ainda não estão em idade escolar (Tabela 01).

**TABELA 1: ESCOLARIDADE DOS CIGANOS
DO TERRITÓRIO EM IPAMERI**

Grau de escolaridade	Por Sexo			Total	
	Sexo	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Não têm idade escolar	F	01	2,2	04	8,9
	M	03	6,7		
Nunca estudaram	F	12	26,7	23	51,1
	M	11	24,4		
Estudaram algumas séries	F	05	11,1	11	24,4
	M	06	13,3		
Estudam na primeira fase do Ensino Fundamental	F	03	6,7	07	15,6
	M	04	8,9		

Fonte: Trabalho de campo realizado em out/2002 e jan/2003.

Org.: VAZ, A.D. – fev/2003.

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS CIGANOS DE IPAMERI

Referindo-se às atividades econômicas dos ciganos, Schepis (1997, p. 32-33) afirma que “no passado eles executavam tarefas simples, mas consideradas como fundamentais para a vida da época como ferreiros, tacheiros, artesãos e pequenos comerciantes. Dedicavam-se também à criação, adestramento e ao comércio de cavalos. Hoje, as profissões mais frequentes são a do comércio e as ligadas às artes”. Ou ainda, conforme Martinez (1989):

(...) muitos fazem um pouco de tudo, e sobretudo as mulheres sabem se virar, usando da mendicância sob a forma de um pequeno comércio. Outros recuperam o tempo-serviço na prática de atividades assalariadas sazonais que exigem, na maioria das vezes, que os ciganos viajem longas distâncias (1989, p. 45).

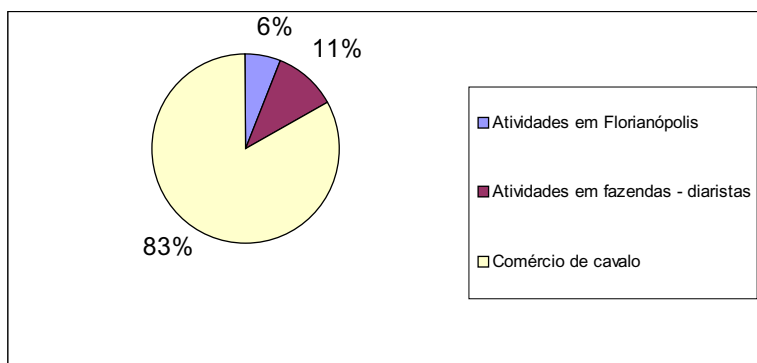
Essa situação se confirma entre os ciganos de Ipameri. No verão alguns ciganos saem do agrupamento para venderem mercadorias em Florianópolis, retornando com dinheiro para manterem suas famílias no decorrer do ano. Como afirma Dona Tereza,

O Rodrigo, fio do Cidelini que mora em Caldas Novas, agora ele está em Santa Catarina, mas a mulher ficou. Ele vai e volta. Tem veize que fica 4, 5, 6 mês lá. O Jesus foi e levou a mulher e dois fiinhos dele. (08 de janeiro de 2003).

Os ciganos de Ipameri saem do agrupamento juntamente com ciganos de Caldas Novas entre os meses de setembro e outubro. Segundo depoimentos, eles vão direto para a cidade de Florianópolis em Santa Catarina. Na maioria das vezes vão só os homens. Eles levam uma pequena quantidade de dinheiro para comprarem as primeiras mercadorias (panos de mesa, tapetes e cortinas) que são vendidas nas praias da cidade e com o lucro da primeira remessa os ciganos comprem mais produtos aumentando seu dinheiro. Os ciganos ficam em casas alugadas e após 4 ou 5 meses, por volta de fevereiro a março, retornam ao território com dinheiro para manterem suas famílias. No verão de 2002, duas famílias do *Território Cigano em Ipameri* foram para Florianópolis.

Alguns membros do agrupamento se deslocam para trabalharem na colheita das grandes lavouras das proximidades da cidade (batata, cebola, tomate), ou mesmo trabalham como diaristas em fazendas da região (em 2002, foram 04 ciganos). Os fazendeiros que mais proporcionam serviços para os ciganos são Geraldo Gratão, José Evangelista Troncha (Juca Troncha) e Getúlio Tiradentes da Silva. Quando não têm trabalho nessas propriedades, esses 04 ciganos vão para a região da Chapada para a colheita de vários produtos, e trabalham como boias-frias. Mas, a maioria dos ciganos do território está envolvida com o comércio do cavalo (Figura 03).

FIGURA 03 – ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO CIGANO EM IPAMERI(GO) EM 2002



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2002.
Org.: VAZ, A. D. – fev/2003.

Sendo a principal atividade econômica, o comércio do cavalo exige perícia para avaliação da mercadoria a ser comprada, vendida ou trocada, além de utilizarem das famosas habilidades para o convencimento de outra pessoa. Os ciganos comerciantes de Ipameri conseguiram, por meio de contatos com vários fazendeiros e carroceiros da cidade há vários anos, a confiança de inúmeros clientes que os aguardam ou às vezes vão até o agrupamento para fazerem barganhas.

O comércio e a utilização do cavalo como fonte de renda sempre esteve presente na vida dos ciganos em estudo, como relata Sr. José:

Nóis trabauiu em Brasília numa firma de construção, muita gente. Nóis trabalhou de carroceiro. Em Brasília era uma beleza, quem tinha uma carroça passava falta não. Todo dia tinha serviço. Tirava saibo, areia. Nóis sabia onde tirar, não pagava nada e levava para as construção; o dinheiro era nosso mesmo. Era livre (...) Aqui é muito difícil de mexer com animal (...) Tem um terreno ali em cima que gente fecha, mas não tem nada de cumê. A gente vende um e compra outro

e também amansa, mas não dá nada não. Um cavalo hoje, bão, custa 300 contos. Em troca com outro, a gente pega, 50, 100 quando tá bão o negócio é bão, mas hoje tá ruim. (05/10/2002).

Nota-se, então, que o cavalo e a carroça sempre fizeram parte das atividades ciganas, mesmo antes de virem para Ipameri e que nas barganhas eles geralmente buscam o lucro. Na barganha dos animais, aceitando troca por outro animal ou por objetos (como espingarda ou relógio) é fundamental, para o barganhista cigano a “volta”, ou seja, a importância em dinheiro ou em objetos, pois, é nisto que consiste o seu lucro. Os ciganos destacam-se, também, como amansadores de cavalos, já possuem tradição neste trabalho em Ipameri. Quando os animais estão preparados para receber a carga ou a sela seu valor aumenta significativamente.

De acordo com o acompanhamento realizado no decorrer de 2002, pôde observar-se que, as atividades econômicas do Território dificilmente mudam ao longo de um ano e o comércio do cavalo não é uma atividade que garante a sobrevivência dos ciganos, pois os mesmos podem ficar até dois meses sem fazer negócios com os cavalos. Nesse intervalo de tempo, eles sobrevivem de ajudas de alguns moradores de Ipameri, da mendicância de algumas mulheres e crianças e dos cartões assistenciais do Governo Estadual como afirmam os próprios ciganos.

Os cartão da renda cidadã nós tem, alguns não tem, mais o cartão não da nada não. Cozinhava a gás, agora não tá cozinhando mais não, se tirar o dinheiro da cesta pra você comprá o gás, você não compra comida. Nós, na valença, graças a Deus, tem um povo aí que ainda tem dó da gente, sempre traz uns trenzinhos pra nós. Um arrozinho, um feijão, é uma ajuda (Tereza, 62 anos – 08/01/2003).

Sr. José, também, reforça a contribuição dos cartões assistenciais,

A gente fica um mês, dois mês, sem fazer negócio, quando não faz negócio, o cartão é uma ajuda. (José, 62 anos – 23/01/2003).

As peculiaridades do *Território Cigano em Ipameri*, como estruturação das casas e barracas, o espaço da moradia enquanto espaço individual, familiar e comunitário, a composição familiar, as atividades econômicas, dentre outros e as maneiras dos ciganos relacionarem-se são formas objetivadas da cultura presentes no território. Como afirma Souza (1995), o território surge como espaço com atributos naturais e socialmente construídos, que é apropriado por um grupo social. Essa ocupação é vista como algo gerador de raízes e de identidade. Ainda segundo Moraes (2000), Rattz (2000) e outros, o território é visto como um espaço de referência cultural, que se qualifica por um significado a ele atribuído por um dado grupo social ou segmento social. A seguir, serão apresentadas as relações dos ciganos entre si no território.

2.2 As relações sociais institucionalizadas no território cigano em Ipameri

As informações aqui relatadas foram obtidas basicamente a partir da intensificação dos trabalhos de campo através da observação direta. Para Luna (1996, p. 11) “A observação direta refere-se ao registro de uma dada situação/fenômeno enquanto ela/ele ocorre”.

Os relatos das observações diretas foram se consolidando ao longo das visitas feitas à comunidade cigana. Com estas visitas, desenvolveu-se uma relação de confiança que contribuiu para a compreensão das relações sociais existentes entre os ciganos do Território em Ipameri.

Percebe-se nas relações entre os ciganos uma confiança recíproca, um sentimento de pertencer a um grupo cimentado pelos laços estreitos e fortemente comunitários. Observa-se no *Território Cigano em Ipameri* ações fraternas, o “calor” da vida familiar, ou ainda a existência de uma comunidade cigana, como muitos ciganos

se referem ao seu território. A presença dessas relações familiares no território será o foco das discussões a seguir.

Família e comunidade integram o vocabulário utilizado pelos ciganos no dia-a-dia no território; o significado de tais palavras remete a uma teia de relações sociais e políticas que foram construídas a partir do grau de parentesco e do processo de territorialização do grupo em Ipameri. Para os ciganos, comunidade significa o conjunto formado por todas as famílias existentes no território, solidarizadas nas suas atividades, no ócio, nas festas e na luta pela sobrevivência, como observa-se no depoimento abaixo:

Aqui tudo é famia. Todo mundo ajuda o outro que tivé precisano. Quando tem casamento, tem dança e janta, todos participa, todos come. Tem dia que meus fios e netos come aqui em casa ou pega a comida e leva pra barraca dele. Tudo é famia, nós é uma comunidade. (Tereza, 62 anos – 23/01/2003).

Para Mesquita (1995), o território é o que é próximo; é o espaço que tem significação individual e social. Ele se estende até onde vai a territorialidade. A territorialidade é entendida como projeção da identidade no território tal qual ela se apresenta (como são ou estão em determinado momento do tempo ou em determinado território do espaço). Dentre as várias feições assumidas pela territorialidade, encontra-se a territorialidade familiar caracterizada pela presença de sentimentos de solidariedade vividos no território.

As relações de parentesco, as semelhanças dos estilos de vida, as festas e o sentimento com a terra são elementos fundamentais para a compreensão do sentimento de solidariedade no *Território Cigano em Ipameri* e são manifestações que caracterizam a territorialidade familiar.

Nos depoimentos acerca das relações entre os ciganos, pode-se constatar que as relações de parentesco são elementos fortalecedores das práticas comunitárias no território e ao mesmo tempo reveladoras da estratégia de sobrevivência do grupo, da necessidade de se manter unido. As referidas práticas são expressas pelos próprios ciganos:

A gente faz a festa de São João em junho. A festa boa é em Caldas, mais aqui nós levanta a bandeira, a fogueira, todos participa, toma um cafezinho, uns biscoitinhos (...). Tudo é família. Se faltá um arrozinho pra um, o outro tem dá, um cafezinho faltou pra um, outro dá, se tivé todo mundo, toma, se comprá um pedacinho de carne e se o outro não compra, nós dá (José, 62 anos – 15/06/2002).

A afirmação acima revela a força adquirida através de suas festas e da alimentação; ocasiões em que, além dos festejos e das refeições, são reforçados os laços comunitários e as relações de parentesco.

O grau de parentesco no *Território Cigano em Ipameri* pode ser visualizado na Figura 04. A maioria dos ciganos são parentes constituídos de avós, pais, tios, irmãos, primos e sobrinhos. Apenas três membros da comunidade (Marcos, André e Celso) não são ciganos, eles eram vizinhos e conhecidos dos ciganos e passaram a fazer parte do Território casando-se com ciganas. Os não ciganos são denominados pelos ciganos de “moradores”.

O funcionamento social do grupo cigano, de maneira geral, tem como base fundamental a coesão de seus indivíduos, a qual é nitidamente maior entre os indivíduos de uma mesma família – laços consanguíneos de parentesco (Santos, 2002). Para a autora, quando se analisa os moradores das “ruas ou bairros ciganos” percebe-se que esses moradores geralmente pertencem a um mesmo grande grupo e que agrupados espacialmente podem manter mais facilmente seus traços culturais comuns e manter mais coesa sua específica organização social.

Uma outra questão que contribui para fortalecer a territorialidade familiar é a crença em Deus. Esta também é responsável, pela formação do espírito comunitário entre os integrantes da Comunidade Cigana de Ipameri, e de certa forma responsável por sua existência até os dias atuais. A necessidade de saber perdoar os erros do próximo, compreender e respeitar suas diferenças, bem como a perseverança e a paciência são virtudes existentes entre os ciganos de Ipameri. Esses valores estão presentes

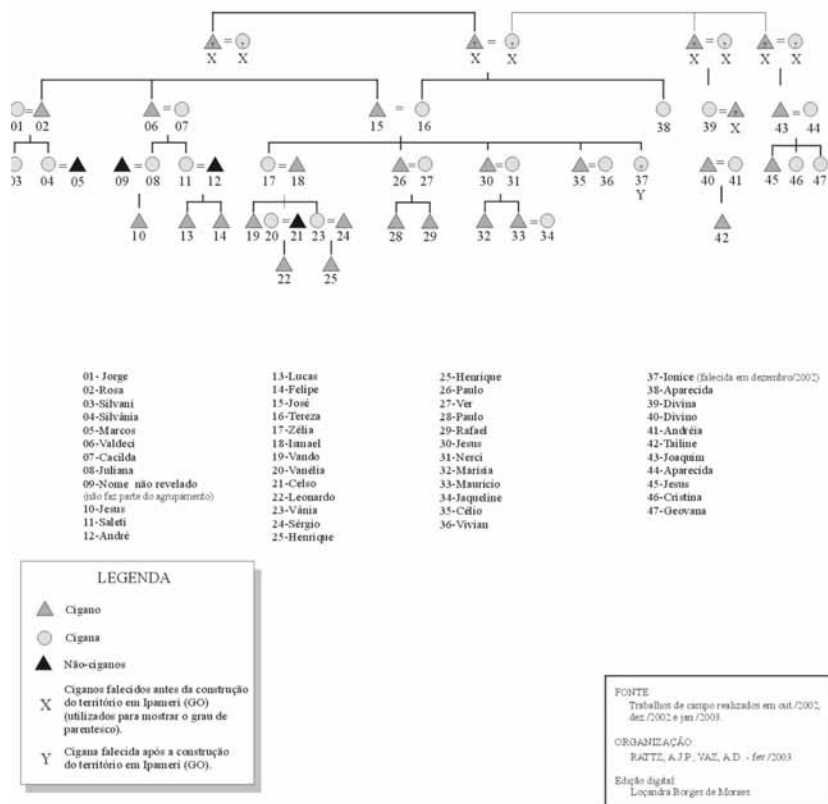
na fé espiritual; na realização de terços dedicados aos santos, cujas imagens são encontradas na maioria das moradias; nas celebrações de casamentos e batismos. Tais momentos contribuem para a solidificação da territorialidade familiar.

Tradicionalmente, os ciganos efetuam as celebrações de casamento e de batismo em seu território e não na sede da Igreja, o que mostra e vem garantindo o espírito comunitário dos ciganos. As cerimônias religiosas no *Território Cigano em Ipameri* são celebradas por representantes da Igreja Católica Brasileira de Goiandira(GO)³. Desde o ano de 2001, o padre Neto é quem realiza essas celebrações. O que é afirmado pelo mesmo em depoimento:

Os ciganos sempre me procuram. Já tem quase dois anos que os conheço. Antes de mim era outro Bispo que fazia os casamentos deles, então foi transferido para Brasília e eu assumi os trabalhos junto a eles. Eu dou assistência quando eles precisam (...). Eu já fiz vários casamentos deles. (10/05/2002).

³ A Igreja Católica Brasileira foi criada em 1913 na cidade de Suzano, interior de São Paulo e é uma Igreja nacional com sede em Brasília. A Igreja Católica Brasileira realiza casamentos e batismos fora da Igreja. Ipameri pertence a paróquia de Goiandira (cidade localizada à 55 km de distância de Ipameri). – Informações fornecidas pelo padre Neto em maio/2002.

FIGURA 04 – GRAU DE PARENTESCO DO TERRITÓRIO
CIGANO EM IPAMERI-GO



Em maio de 2002, ocorreu um casamento no Território. Os ciganos se casam muito jovens, geralmente as mulheres por volta de 13 a 15 anos e os homens 18 anos. De acordo com os ciganos, eles não se casam na Igreja devido aos altos custos e da proibição de realizar alguns de seus costumes tradicionais, o que é reforçado pelo Padre Neto.

Para eles é muito dificultoso a locomoção até a Igreja. O Padre vir até eles facilita e economiza gastos para eles. A celebração aqui é mais familiar, entre eles mesmos, é claro que tem muitos convidados de fora. Mas é algo mais próprio da cultura deles e é uma forma de não perder a sua cultura. (10/05/2002).

As vestimentas e as danças dos Ciganos nos casamentos representam aspectos da cultura no território em estudo. São observados, ao mesmo tempo, elementos culturais ciganos e não ciganos. Os ciganos que se vestem e dançam de acordo com os seus costumes, traduzem uma obediência às tradições comunitárias, é uma das formas de mantê-las vivas ao longo do tempo.

As mulheres usam saias longas, geralmente até os tornozelos, numa demonstração clara de recato. As roupas não possuem decotes ousados, as saias são rodadas e fartas. O grande atrativo das roupas das mulheres é o forte colorido presente nas diversas peças. Fitas, rendas, laços compõem o vestuário feminino.

A vestimenta dos homens também é bem cuidada, compondo de um visual elegante. Camisas coloridas e de mangas longas, calças largas e botas são complementadas por largos cinturões. Alguns usam chapéus de aba larga. Colares, pulseiras e anéis também fazem parte da vestimenta cigana, principalmente em festas. No dia-a-dia, as vestimentas tanto das mulheres quanto dos homens se assemelham com as dos não ciganos.

Quando os ciganos dançam nas festas, a dança é livre, sem regras. Cada um se diverte como quer, nunca esquecendo o recato e os limites entre homens e mulheres. A dança é aprendida desde a infância e não existe idade limite para dançar. Os ciganos

não possuem uma dança típica de seu grupo, destaca-se o ritmo sertanejo prevalecendo o forró. Os ciganos gostam muito da dança. Ela é diversão, demonstração de alegria e parte obrigatória das festividades. Festa de ciganos sem música e dança não é festa, e eles são muito festeiros, não perdendo nenhuma oportunidade de cantar e dançar entusiasmadamente batendo palmas.

O quadro até o momento apresentado mostra elementos que caracterizam a identidade do *Território Cigano em Ipameri*. Para Haesbaert (1999), o território é produto e produtor de identidade. O território para o autor não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. Para ele, o território compõe também o “ser” de cada grupo social.

Assim, entende-se que a identidade territorial dos Ciganos de Ipameri é composta pelo “ter” e pelo “ser”, sendo construída através das relações estabelecidas entre eles. As práticas cotidianas, econômicas, materiais e simbólicas, do *Território Cigano em Ipameri* permitem afirmar que territórios identitários estão contidos no Território Cigano.

Nesta análise, considera-se a visibilidade dos territórios identitários de acordo com Almeida (2002) que entende o território como o resultado de uma apropriação simbólica e expressiva do espaço, sendo este portador de significados e de relações simbólicas. Para a autora, como organização do espaço, o território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e também como objeto de operações simbólicas.

Após vários contatos com os ciganos, foi possível conhecer e desvendar as representações simbólicas dos ciganos e reforçar a afirmação de que a identidade do *Território Cigano em Ipameri* é construída através da somatória das representações simbólicas dos Ciganos e das relações estabelecidas entre eles. É o significado dessas relações que dará à terra ocupada um valor não só econômico, mas também simbólico, um sentido de lugar, o que será apresentado na sequência.

2.3 O significado do território para os ciganos

Além do território significar para os ciganos um instrumento de fixação, um espaço apropriado e dividido e um local de reprodução cultural das famílias ciganas, o Território assume também um significado subjetivo do mundo vivido, cheio de perspectivas e representações.

Desde a sua constituição, o Território Cigano foi se transformando num lugar prendado de história e de experiências de vida, através de suas relações sociais. Hoje é um local onde o cigano criou raízes e sentimentos afetivos, sentindo-se pertencente a ele. As relações estabelecidas com o lugar fazem com que as famílias se identifiquem com o mesmo.

O valor atribuído ao território modifica-se de um cigano para o outro. Cada cigano identifica e filtra as informações do espaço de maneira única. O significado do Território para os ciganos pode até ser semelhante, porém para cada um deles o conteúdo desse significado possui uma particularidade.

O Território Cigano é percebido de maneiras diversas, devido principalmente a sua heterogeneidade etária. Para as crianças e adolescentes, o lugar significa um palco de total liberdade, no qual, brincando e interagindo com a natureza elas desfrutam das regalias do mundo infantil, já os adultos veem o agrupamento como uma extensão das relações que têm com a cidade de Ipameri. Para os idosos, o lugar representa uma experiência de vida acumulada. Porém, para todas as faixas etárias e sexo, o Território Cigano em Ipameri significa um espaço de trocas culturais e de histórias distintas da vida.

O significado do território para os ciganos é, sobretudo, um lugar propício às suas sobrevivências. Indagados sobre o “por que” de estarem no local, as respostas são quase unânimes: uma vida melhor. Assim, o Território se torna a segurança.

Constantemente o território cigano torna-se um lugar imaginário, um espaço construído no imaginário das famílias e que já possui um valor afetivo. As famílias criam expectativas da forma como seria o agrupamento nos próximos anos.

A imaginação sobre as suas novas moradias e os benefícios que esperam receber no território são fatores que sustentam a relação de afetividade com um lugar que poderá ser concretizado.

Daqui, algum ano não vai ter ninguém na barraca. Deus vai ajudar que não. Hoje a gente prefere a casa. Nós não vai sair mais daqui. A gente não importa mais com a vida passada, nós quer esquecer tudo aquilo, quer trazer nada, naquela época era tudo custoso, hoje tudo é mais fácil. (Zélia, 36 anos – 23/01/2003).

A concepção do Território Cigano em Ipameri como um lugar imaginário se revela nas palavras dos ciganos. As expectativas elaboradas com o lugar são expressas:

(...) Essa casa eu ganhei prontinha, desse jeito, eles me deram assim. As coisas é difícil, mas Deus dá um jeito. Deus ajuda. Daqui um tempo meus fios vão ter suas casa. Os que estão nas barracas a situação tá difícil, mas vai melhorar se Deus quiser, o povo daqui é muito bão pra nós. (José, 62 anos – 08/01/2003).

Gosto de ficá aqui, aqui é bão. Gosto daqui. Aqui gosto de brincar. (Lucas, 6 anos – 23/01/2003).

Como já foi salientado, o Território Cigano em Ipameri é uma somatória das representações simbólicas dos ciganos e das relações estabelecidas entre eles e os não ciganos e assim, a cidade de Ipameri, é um espaço com o qual os ciganos estabelecem diferentes relações construindo sua identidade territorial. A seguir, serão apresentadas essas relações, bem como a visão dos moradores de Ipameri em relação ao Território Cigano.

OS MÚLTIPLOS OLHARES DO/NO TERRITÓRIO CIGANO

Os territórios podem ser “flutuantes” ou “móveis”. Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto.
MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA (1995, p. 80).

Ainda – de madrugada. Pelos confins foge a luz. E já caminham os tristes cada um com sua cruz! E quantos deles sem forças. Tendo a alma já descrida. Vão do dever pela senda deixando porções da vida. TROVA CIGANA – DE MADRUGADA (Moraes Filho, 1886, p. 75).

Este capítulo consiste numa interpretação das relações sociais e espaciais do *Território Cigano em Ipameri*. Inclui-se um estudo bibliográfico sobre relações sociais procurando discutir o relacionamento entre ciganos e demais moradores em Ipameri. Para isso, foi preciso intensificar a aproximação e o convívio no território em estudo, bem como a realização de observações, entrevistas e a aplicação de um questionário a 150 pessoas de vários segmentos sociais de Ipameri, tais como: comércio, Igrejas, escolas e hospitais, além de ouvir donas de casas, fazendeiros e vizinhos dos ciganos.

Aqui, propõe-se explicitar as relações dos ciganos do *Território em Ipameri* com os demais moradores, habitantes da cidade, com ênfase tanto nas suas visões e nas suas ações, quanto no estudo sobre os desafios que enfrentaram e enfrentam a partir do contato com os ipamerinos.

Parte-se do princípio de que compreender as relações sociais dos ciganos de Ipameri, seja hoje ou no passado, implica analisar as práticas sociais presentes nas ações entre ciganos e demais moradores que lutam pela realização de seus interesses, desejos e necessidades. É nesse processo que vão sendo produzidas as diversas formas de vida material, de instituições, crenças, valores, etc; acredita-se que é nessa dinâmica social que os ciganos e demais moradores vão, ao mesmo tempo, produzindo e sendo produzidos pela cultura.

Tal pressuposto permite pensar o modo como se deu e se dá o encontro entre ciganos e vários segmentos sociais de Ipameri. Assim, inicialmente será examinada a representação espacial e temporal dos ciganos. Permite entender ainda, quais são os problemas que tal grupo social enfrenta para garantir a sua sobrevivência física e cultural. Permite, por fim, entender o modo como ocorrem relações de dominação e subordinação e/ou resistência.

3.1 A representação “dos tempos” e a representação dos espaços: de visitante à integrante da cidade

Ciganos e demais moradores de Ipameri compartilham a experiência de manter contatos, há pelo menos 40 anos através, principalmente, das atividades econômicas. Durante este período, os ciganos redefiniram-se algumas vezes como nômades, visitantes e como integrantes da cidade. Várias vezes suas posições e relações modificaram, tanto entre ciganos nômades e ipamerinos, quanto ciganos fixos e não ciganos de Ipameri.

A história dos ciganos de Ipameri remete a momentos sequentes e opostos. Quando o cigano explica sua trajetória de vida, começa por dividi-la em dois momentos, um de passado e um do presente. Há um período de passado que alcança a biografia dos ciganos adultos e principalmente dos mais idosos. Este período é caracterizado por visitas dos ciganos no município de Ipameri, tanto na zona rural quanto na área urbana, denominado pelos ciganos como o “tempo do passado”. O outro momento, já apresentado neste estudo, iniciou-se quando os ciganos ocuparam, na década de 1980,

uma área dentro do perímetro urbano da cidade e consequentemente a formação de seu Território em Ipameri. É o “tempo de hoje”.

O tempo do passado foi o tempo em que os ciganos visitaram Ipameri várias vezes, com acampamentos no município. O contato era restrito a algumas famílias que comercializavam cavalos através de trocas, vendas e compras. Esse tempo é marcado para a maioria dos ciganos como o “tempo difícil”.

A gente não importa mais com a vida passada, nós que esquecer tudo aquilo, que trazer nada. Naquela época era tudo custoso, (Zélia, 36 anos – 23/01/2003).

Dona Aparecida, 57 anos, reforça o “tempo difícil” do passado e compara-o com o “tempo presente”.

Nas épocas passadas a gente passava muita necessidade, tomava chuva pelas estradas, passava fome. Agora hoje em dia, nós tamo sossegado. Nós não come bem, mas graça a Deus, o arroz e o feijão não falta pra nós. Aqui é bão demais, esse lugar é bão. (13/04/2002).

Outros caracteriza-o como o “tempo difícil” e o “tempo do sofrimento”, mas também, como o “tempo bom”.

Muitos fazendeiros era amigo. Aquela época era melhor, a saúde era outra. Sofria, mas a saúde era outra. Nosso comê era outro. Não era envenenado, igual é hoje. Era outros comês. Antigamente não existia veneno de plantas. Mais difícil pra viver era. Tinha pouca fartura. O povo não importava, não ajudava nós, era pouca as pessoas que ajudava, tinha fazendeiros que não deixava passar na fazenda dele. Era difícil para viver naquele tempo. (José, 62 anos – 19/09/2002).

Dependendo do contexto a que se aplica a fala, o tempo atual trouxe facilidades ou dificuldades para a “vida dos ciganos”. Para a maioria dos ciganos do território, a permanência deles em Ipameri

é marcada por uma “vida melhor”, principalmente, para aqueles que conseguiram construir suas casas. Os ciganos, também, destacam, que o tempo atual é marcado por um bom relacionamento entre eles e demais moradores de Ipameri, reforçando em vários momentos que eles andam pela cidade “naturalmente”, que vários ipamerinos vão à sua comunidade para comercializar e para fazer doações. Assim, grande parte dos ciganos caracteriza o tempo de hoje como o “tempo mais fácil” do que o tempo do passado.

Ao lado da definição dos “tempos de Ipameri”, o cigano descreve seus trânsitos pelos espaços da região. Para definir o seu próprio modo de vida dentro da sociedade atual, o cigano emprega um discurso em que se alteram a permanência em Ipameri desde os anos 80 e os deslocamentos anteriores.

Para os ciganos de Ipameri sentirem-se mais livres e felizes num lugar que em outro, não dependia do lugar, mas da melhor ou pior aceitação daqueles que os rodeavam. A apreciação de um lugar, também estava vinculada ao que ele oferecia ao cigano em termos de infraestrutura e principalmente vantagens comerciais para a sua sobrevivência. Daí, os acampamentos por tempo maior eram montados em fazendas onde o proprietário era conhecido e em áreas urbanas reservadas aos ciganos.

Nóis moramos e embarracava na região, em Goiânia, Pires do Rio, Vianópolis, Brasília, Trindade, era pouco tempo nesses lugares, em Anápolis também. A gente ficava em barraca e até em casas alugadas, mais onde nóis parou mesmo foi aqui, aqui o povo é mais conhecido pra nóis. (Tereza, 62 anos – 17/03/2002).

Dona Zélia, 36 anos, em seu depoimento, não tem boas lembranças do período em que o espaço ocupado tinha em si um valor essencialmente de uso.

Quando a gente andava, andava muito. Muitos donos de fazendas expulsava nóis. Não deixava ficá na fazenda dele. A gente passava até fome, não tinha um lugar nosso, dependia

da boa vontade do povo de deixá a gente acampá. As veis acampava até mês, mas não era nosso o lugar. Agora é bem mior, porque aqui o lote é nosso, nós temo o documento. E daqui um ano, todos, se Deus quizé, vai ter uma casa. (23/01/2003).

No confronto entre a permanência em Ipameri e os deslocamentos anteriores, percebe-se que a concepção de espaço para o cigano no período de constante nomadismo se traduzia como uma concepção abstrata de território invisível. Atualmente, possui um território institucionalizado e formalmente delimitado. As concepções abstratas do espaço ocupado tinham em si um valor essencialmente de uso e não de troca, espaço este que devia estar adequado ao arranjo social cigano, auxiliando principalmente em suas atividades econômicas e de sua sobrevivência.

Segundo Lima (1996), os ciganos enquanto nômades, vivenciam uma paisagem geográfica enraizados em “territórios móveis” que os chamam diante de um mundo de subjetividades, entre o real e o imaginário. Então, os ciganos desenvolveram uma tofília e uma tofobia coexistentes, não em tempos diferenciados, mas simultâneas, devido às experiências positivas e/ou negativas referentes à paisagem vivida.

Os ciganos de Ipameri passaram por um processo de marginalização espacial nas áreas rurais e nas cidades por onde transitaram, nas quais os acampamentos somente se tornavam possível, em regiões muito periféricas e distantes dos centros urbanos. Nas zonas rurais, devido principalmente, à existência de grandes espaços inabitados, tal marginalização não ocorria de forma tão intensa, mas muitos proprietários rurais não aceitavam os acampamentos em suas terras chegando até expulsá-los de suas propriedades. Como já foi apresentado, as áreas ocupadas pelos ciganos em estudo, dentro da zona urbana de Ipameri, são áreas localizadas na periferia da cidade, o que caracteriza também na representação do espaço atual uma marginalização espacial. Assim, julga-se importante a seguir uma reflexão sobre o espaço urbano onde está localizado o território cigano.

3.2 O território cigano no espaço urbano de Ipameri

O espaço urbano é cheio de história, da história dos grupos sociais e dos homens particularizados em sua busca pela sobrevivência, em suas relações, marcadas pelas formas de economia, pelas determinações políticas e pelas condições da natureza. É objetivo, a seguir, a compreensão do que o espaço urbano de Ipameri representa para os ciganos, bem como o que os ciganos representam para a cidade. A compreensão dessas representações passa, necessariamente, por entender inicialmente as lógicas que existem no espaço em que os ciganos vivem, moram, trabalham ou que estão subordinados.

Para Cavalcanti (2001), a dinâmica interna da cidade é composta pela produção, circulação e moradia. O primeiro refere-se à produção da vida cotidiana das pessoas que vivem na cidade e nela atuam, suas atividades e o arranjo espacial decorrentes dessas atividades. Para que a vida nas cidades possa ocorrer, é preciso que as pessoas possam circular participando de sua produção. Já a moradia, é entendida pela autora, como uma necessidade humana básica que ganha contornos muito complexos e orienta de forma destacada o arranjo espacial das cidades.

Em uma sociedade desigual o espaço urbano é seletivo e excludente. Ele acolhe ou exclui interferindo na vida humana, colocando limites ou oportunidades.

Como o espaço urbano não é neutro, ao ser cheio de história ele marca as diferenças e contradições da sociedade, incorporando na análise o diferente, as características específicas, o que é condição para que se compreenda a realidade.

Acredita-se que todo indivíduo, todo cidadão é um agente formador de um espaço, na medida em que ele ocupa esse espaço e desempenha um papel na sociedade. Em Ipameri, percebe-se a presença constante do Estado como o principal agente da formação urbana. O papel do Estado se dá na cidade, principalmente, através da Prefeitura Municipal e da Câmara dos Vereadores. Os agentes econômicos em destaque são os proprietários rurais e os comerciantes, sendo que os primeiros exercem um papel secundário na estruturação da cidade,

ao contrário do seu papel dominante nas áreas rurais. A maioria da população, com menos peso econômico e político que o Estado, que os proprietários rurais e que os comerciantes; preenche os núcleos urbanos com suas moradias segundo suas possibilidades nos terrenos disponíveis e obedecendo à regulamentação municipal.

Dentre os grupos sociais formadores do espaço urbano de Ipameri, encontra-se a comunidade cigana em estudo que desde os anos 1980 ocupa uma área dentro do perímetro urbano.

Através dos autores Fonseca (1996), Lima (1996), Martinez (1989), Santos (2002), Schepis (1997) e Teixeira (1998) percebe-se que a inserção dos ciganos no espaço é reveladora das atividades de distanciamento ou de rejeição que as sociedades adotam para com eles, mantendo essas populações a uma distância até muito maior àquela dada às outras minorias étnicas. Os ciganos geralmente agrupam em grande número nas fronteiras dos países, nos trevos das estradas, nos limites das cidades e das regiões administrativas. Em Ipameri não é diferente, a comunidade cigana ocupa uma área próxima ao trevo da GO-330.

Santos (2002) ao estudar os ciganos na cidade São Paulo, destaca que a localização e a duração de fixação de um acampamento estão intimamente ligados às condições socioeconômicas de uma área urbana e somente nas áreas mais periféricas os acampamentos conseguem se perpetuar, demonstrando que cabe aos excluídos ocupar áreas também excluídas. Para a autora, esse processo de marginalização espacial é constatado em áreas urbanas das grandes, médias e pequenas cidades, nas quais os acampamentos ciganos somente se tornam possíveis, em regiões muito periféricas e distantes dos centros urbanos.

A localização do Território Cigano na cidade de Ipameri expressa também as desigualdades espaciais e sociais existentes na sociedade brasileira. A cidade é marcada por profundos contrastes decorrentes da concentração da propriedade privada nas mãos de poucos, da especulação de terras e da segregação social. Em um país onde a miséria é cada vez maior, esses contrastes das condições de vida dos cidadãos ipamerinos atingiram um grau tão grande que não é mais possível desconsiderar a sua existência.

Para Cavalcanti (2001), a produção racional/técnica do espaço urbano produz a segregação sócio-espacial, pois, a produção do espaço urbano é feita a partir da racionalidade capitalista, que define lugares na cidade segundo lugares no processo de produção. A segregação é um processo fundamental da estruturação do espaço intra-urbano e seu estudo, de acordo com a autora, é importante para a análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana.

O modo como o Poder Público de Ipameri intervém na dinâmica de (re) estruturação do espaço urbano coloca-se como fundamental para a discussão dos processos de produção e apropriação da cidade. A sua intervenção na produção do espaço revela-se bastante complexa, uma vez que o mesmo desempenha diversos papéis, interferindo direta ou indiretamente na orientação dos usos do solo.

O Poder Público é o agente que determina a instalação do conjunto de infra-estrutura e equipamentos coletivos, interferindo, portanto, sobre a territorialidade que esses benefícios irão tomar, o processo de urbanização não pode ser entendido sem a compreensão do papel do Poder Público. Assim a ação pública municipal contribui para criar e solidificar uma segregação enfatizada pela implantação da infra-estrutura na cidade. As diferenciações no território das áreas dos proprietários capitalistas (como os bairros de diferentes padrões) vão se constituindo e se consolidando no tempo.

Sabe-se que o processo de urbanização no Brasil é marcado por uma acentuada exclusão social, que segrega no espaço urbano as classes sociais de acordo com seu nível de renda, ou seja, o espaço urbano materializa territorialmente a divisão da sociedade em classes.

A segregação sócio-espacial é um processo que se materializa em Ipameri, por exemplo, quando há o privilégio de determinadas áreas para a implementação dos bens, em geral as ocupadas pelas classes de elevados rendimentos, enquanto as áreas reservadas à imensa maioria (classes de menor poder aquisitivo), geralmente, não contam com uma ampla rede de benfeitorias, embora essas sejam fundamentais para reprodução social.

Assim, o Poder Público de Ipameri, apesar de intervir muitas vezes, objetivando, explicitamente, promover melhores condições de vida para a sociedade em geral, ao empreender projetos e obras promove, contraditoriamente, excedentes que são apropriados de forma privada.

A segregação sócio-espacial de Ipameri tem uma relação direta com a produção social da cidade e sua apropriação privada. A terra é transformada em mercadoria e ocupar um lugar na cidade, relaciona-se diretamente ao poder de compra do indivíduo em relação a essa mercadoria, que é, em geral, cara.

Assim, mesmo que no discurso compareça uma ideia oposta à segregação, na prática o resultado é a separação. Dessa forma, tanto as ações do Estado quanto do capital deflagram processos que colaboram para a segregação urbana. A área central de Ipameri e os bairros diretamente ligados a este centro são melhores servidos de infra-estrutura.

Milton Santos (1987) destaca que a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças do mercado e decisões de governo que são independentes da vontade dos indivíduos atingidos, surgindo assim localizações forçadas que contribuem para o aumento da pobreza. Para este autor, a pobreza tem condições espaciais principalmente devido a uma certa organização do espaço que conduz a uma concentração da riqueza em poucas mãos. O indivíduo, por não dispor de recursos, é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços. No caso dos ciganos, além da falta de recursos, têm os estereótipos criados sobre os mesmos.

Raffestin (1993) considera que a discriminação de natureza espacial ocorre quando um grupo impõe a um outro grupo uma localização determinada, uma certa região do território, um bairro específico na cidade. Essa discriminação tende a interditar, aos membros de um grupo, o acesso às outras partes do território que pode ser de uma forma total ou parcial. Foi o que ocorreu em 1998 com os ciganos em Ipameri, quando foram retirados em 72 horas de uma área por determinações do Poder Judiciário.

Segundo Raffestin, um grupo é isolado para melhor ser controlado e dominado. E as relações do grupo isolado com o espaço

são determinadas pelo grupo dominador. Assim, essas relações não são autônomas e as coisas se passam como se fronteiras invisíveis fossem traçadas em torno do grupo isolado.

Para Martinez (1989), não existe no espaço coletivo um lugar de asilo nem para o nômade nem para o sedentário cigano. Somente os lugares e construções abandonados (o que a autora chama de “defuntos”, no sentido etimológico da palavra, isto é, privados de utilidade) lhes serão concedidos. O valor dos terrenos localizados perto das cidades de emergência, dos bairros ou dos pontos de estadia, é diretamente proporcional a distância que os separa deles, por isso, na sequência do capítulo, passa-se a discutir as relações entre ciganos e demais moradores em Ipameri.

O objetivo a seguir é mostrar uma reflexão sobre as relações sociais destacando-se como os ciganos reconhecem os não ciganos e vice-versa. Recorrer-se-á principalmente às entrevistas, observações e com os resultados dos questionários obtidos junto aos vários moradores não ciganos de Ipameri.

3.3 Ciganos parentes, moradores conhecidos e moradores estranhos: relações sociais entre ciganos e demais moradores em Ipameri

Em Ipameri, a relação entre ciganos e demais moradores aparece na fala de ambos os lados, principalmente, quando abordam o tempo dos mais idosos em comparação com a situação atual. Os ciganos em suas narrativas consideram que no território só existem parentes, incluindo os não ciganos que casaram com os ciganos. Desde os anos 60, do século passado, famílias e indivíduos ipamerinos chamados pelos ciganos de moradores passaram a se relacionar com a comunidade cigana. Esse segmento, também referido como **amigos** ou **conhecidos** pelos ciganos, compõe-se de pessoas que, realizam negócios, concedem serviços e doações, além, de visitar os ciganos em sua comunidade e de recebê-los em suas moradias. A maioria dos ipamerinos pode igualmente ser

incluída entre os **moradores**, porém, **estranhos**. Uma grande parte desses moradores sabe da presença de ciganos na cidade tendo como principal contato a mendicância realizada pelos mesmos.

A nível mais detalhado de caracterização, assim como percebe o não cigano dividido em dois tipos de sujeitos de acordo com sua participação na vida do território, o cigano fala de si próprio como sendo uma só categoria de sujeitos dentro de Ipameri. Os ciganos são os “pobres e necessitados”. Há ciganos no mundo em “situação muito melhor do que a gente”, mas, como categoria social, eles se identificam com os “pobres da cidade”. Já a nível de Povo Cigano, a comunidade cigana de Ipameri divide sua etnia em dois tipos. Há os “ciganos ricos” em todos os países, que têm uma vida muito boa em relação aos bens materiais que possuem, e, o outro tipo de cigano, o qual a comunidade em estudo se denomina, é o “cigano pobre” que precisa de ajuda dos demais moradores de Ipameri.

Em alguns momentos os ciganos se definem como não-diferentes de qualquer outro ipamerino, embora ao mesmo tempo eles e as pessoas próximas os definem como pobres e marginalizados. Dada essa autocontradição básica dos ciganos, é compreensível que eles se esforcem para descobrir uma “doutrina” que forneça um sentido consistente à sua situação. Isso significa que os ciganos não só elaboram tal doutrina de vida por conta própria, mas também contam com a participação das pessoas com as quais convivem.

A participação dos não ciganos se dá com a apresentação de elementos presentes na identidade dos ciganos. Os elementos apresentados aos ciganos, quer explícito ou implicitamente, tendem a cobrir certas questões-padrão. Um modelo desejável de revelação e ocultamento é proposto. Por exemplo, nos primeiros contatos e visitas no território cigano, eles afirmaram que eram iguais aos não ciganos e que a cultura cigana tinha desaparecido, posteriormente passaram a afirmar que eram diferentes dos demais moradores da cidade. Outras questões-padrão estão relacionadas às fórmulas para se sair de situações delicadas, o apoio que eles deveriam dar a seus semelhantes; a confraternização que deveria ser mantida com os não ciganos e os tipos de preconceitos contra seus semelhantes que eles deveriam ignorar.

Os ciganos, indivíduos que têm uma história e uma cultura comum, transmitem sua filiação ao longo de linhas de descendência, numa posição que lhes permite exigir sinais de lealdade de seus membros, e numa posição relativamente desvantajosa na sociedade.

Os ciganos, provavelmente, se veem funcionando como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação face-a-face, e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa situação. Isso ocorre pelo simples fato de que quase todos os ciganos são obrigados a manter relações com vários segmentos sociais da cidade, onde se supõe que prevaleça um tratamento cortês, uniforme, com base limitada apenas à cidadania, mas onde surgem oportunidades para uma preocupação com valorações expressivas hostis baseadas num ideal dos ciganos.

Quando o cigano fala dos demais moradores, fala de um “rico”, de “patrão”, de “fazendeiro”, de “vereador”. O não cigano do mesmo nível é um comerciante, um vizinho, um visitante. Ao falar dos demais moradores de Ipameri, em termos gerais, o cigano não encontra categorias definidas para explicá-lo como um grupo étnico. De forma semelhante a que muitos não ciganos se explicam, também os ciganos os consideram como “o povo que estava aí”, “os moradores da cidade”. No discurso do cigano, os demais moradores aparecem, sobretudo como “o amigo”.

Nóis tem amizade já com o pessoal daqui, da cidade. Aqui é um lugar bão, um pessoal bão e amigo. (Aparecida, 57anos – 13/04/2002).

Há uma diferença essencial entre a maneira como o cigano fala dos demais moradores, e como o não cigano fala do cigano em Ipameri. No discurso do não cigano, o cigano aparece com duas variações básicas de uma mesma identidade étnica: o “cigano generalizado” e o “cigano de Ipameri”.

O “cigano generalizado”, assim como o “cigano de Ipameri”, estabelece uma separação, para os não ciganos, no mundo individual dos ciganos. A divisão ocorre, em primeiro lugar, entre os que conhecem

e os que não conhecem. Os que os conhecem são aqueles que têm uma identidade do cigano de Ipameri; eles só precisam vê-los ou ouvir sobre eles para trazer à cena essa informação. Os que não conhecem são aqueles para quem os ciganos de Ipameri são estranhos, pessoas cuja identidade de “cigano de Ipameri” não foi feita. Assim, a representação dos ciganos, no que se refere à sua identidade de “cigano generalizado” e “cigano de Ipameri”, varia muito segundo o conhecimento ou desconhecimento que as pessoas têm deles.

A maioria (54%) das 150 pessoas entrevistadas em Ipameri já ouviu falar, mas não conhece o Território Cigano na cidade. Apenas 8% responderam que não conhecem e não sabiam da existência da comunidade cigana, enquanto que 38% das pessoas entrevistadas conhecem o *Território Cigano em Ipameri*.

Para falar dos ciganos de Ipameri, grande parte dos demais moradores da cidade (54%) que já ouviram falar, mas não conhecem o território, costumam estabelecer comparações com os ciganos que ouviram falar, tomados como paradigma, criando assim o “cigano generalizado”.

Os ciganos têm conhecimento desse fato. As pessoas que os conhecem, por sua vez podem saber ou não que os ciganos conhecem ou ignoram tal fato. Por outro lado, embora acreditem que os outros não os conhecem, eles nunca têm absoluta certeza disso.

Quando um cigano está entre pessoas para as quais ele é um estranho e só é reconhecido por uma ou mais características culturais em termos de sua identidade aparente e imediata, uma grande possibilidade com a qual eles se defrontam é de que essas pessoas comecem ou não a elaborar uma identificação para eles, pelo menos a recordação de tê-los visto em certo contexto conduzindo-se de uma determinada forma ou já ter lido e ouvido falar sobre ciganos. Por isso a interpretação dos demais moradores depende muito do contato com os ciganos do território.

O tratamento que é dispensado aos ciganos tendo como base a sua identidade generalizada frequentemente é dado pelas pessoas que não mantêm um vínculo social com os mesmos (41%) e também do tipo de contato.

De acordo com a pesquisa, observa-se que grande parte dos demais moradores de Ipameri (40%) só tem contato com os ciganos através de doações feitas aos mesmos. Essas doações acontecem nas casas dos não ciganos, cuja maioria não conhece o território cigano. Sendo assim, não têm construído a identidade dos ciganos de Ipameri. Os contatos que representam um melhor relacionamento ocorrem através da participação em cerimônias ciganas (09%), do comércio de cavalo (08%) e das visitas ao território cigano (04%).

Ao se considerar só a identidade generalizada, pode ser útil e conveniente os não ciganos considerarem a má reputação ou infâmia que surge num círculo de pessoas que têm um mau conceito dos ciganos sem conhecê-los pessoalmente. Essa infâmia ou má reputação transforma-se em controle social que pode ser formal e informal.

Aqui cabe relatar um “flash da aplicação dos questionários e conversas informais”, ocorrido em 23 de janeiro de 2003 num estabelecimento comercial localizado no centro da cidade de Ipameri. Após estabelecido um diálogo com o comerciante proprietário de uma loja de confecções, sobre os ciganos de Ipameri, ele relata:

Sei da existência de um agrupamento cigano em Ipameri, já tive contato com alguns ciganos de Ipameri através da loja. Eles passam sempre por aqui e já compraram de mim. Vejo como bom o relacionamento entre ciganos e não ciganos em Ipameri. Eles já compraram várias vezes em minha loja. Não tenho nada contra eles.

Mais tarde quando é indagado sobre a venda de mercadorias para os ciganos, o comerciante afirma:

A loja vende em crediários, mas para os ciganos só vendo a vista. Não posso vender a prazo. É arriscado.

A desconfiança não está presente só nas vendas a prazo, há também, uma preocupação maior do que com outros clientes no comércio de Ipameri, quando entram ciganos nos estabelecimentos.

De acordo com os questionários aplicados nesse segmento da cidade, a presença de ciganos faz com que haja funcionários cuja ocupação é examinar com cuidado a permanência deles nesses locais.

O controle social juntamente com o preconceito também estão presentes em muitos momentos na Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo onde estudam os ciganos do território. Nas salas de aulas, os ciganos são os primeiros suspeitos quando desaparecem objetos dos alunos. Muitos colegas escondem materiais com medo dos ciganos roubarem. A professora da 2ª série da primeira fase do Ensino Fundamental, na qual estudam três ciganos do território, juntamente com outros professores que já deram aulas para os ciganos, afirmaram que os momentos de discriminação ocorrem quando desaparecem borrachas, lápis e canetas na sala de aula. Quando isso acontece os colegas acusam primeiramente os ciganos.

Nas entrevistas realizadas com os ciganos estudantes da Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo, observa-se que eles são alvos de críticas e discriminação, como se pode ver na fala de Jesus, 12 anos:

Não gosto da Escola, de ninguém da Escola. Muitos alunos já mexeu comigo, por ser cigano, eu falo sou cigano com muito orgulho. Aquela menina magrinha, aquela magrelinha mexe com a gente, fala ai, ai, é cigano, aquele é cigano. (10/04/2003).

Dentro do círculo de pessoas que conhecem e têm informações sobre os ciganos do território de Ipameri, há um círculo menor daqueles que mantêm com eles um vínculo “social” maior. O reconhecimento social constitui-se no direito e na obrigação de trocar um cumprimento, uma saudação, uma visita ou uma doação. Os não ciganos que possuem esse contato maior sabem “de” e “sobre” os ciganos, e também os conhecem pessoalmente.

Conheço o agrupamento cigano em Ipameri, eu e minha família já tivemos e temos vários contatos com eles, através

de venda ou compra de cavalos, visitas ao agrupamento, doações feitas aos ciganos, nas festas e cerimônias ciganas. O meu avô contrata alguns ciganos para prestarem serviços na fazenda. É muito bom o relacionamento entre ciganos e não ciganos em Ipameri, eles são educados uns com os outros. Eles são humildes, minha família tem uma grande confiança neles, ao contrário que o povo fala que eles roubam. (R.G.O. – estudante – abr/2003).

O representante da Igreja Católica Brasileira de Goiandira (GO), padre Neto que realiza casamentos e batismos no território cigano fala sobre o relacionamento entre ciganos e a Igreja:

Os ciganos sempre me procuram, já tem quase dois anos que os conheço. A gente respeita o diferente do outro (...) não devemos impor. É uma troca, você dá e recebe. No passado era diferente, a concepção da Igreja era impor, hoje é diferente, nós temos que levar e receber, eu estou aqui, eu estou aprendendo também com eles. No entanto, se eu chegar em outro lugar, e se falar sobre os ciganos, eu posso falar, porque eu conheço, eu já estive com eles, eu só posso falar daquilo que eu sei, normalmente as pessoas falam sem conhecer (...). Todo ser humano deve ser respeitado, a cultura diferente é uma troca de experiência, onde eu dou e recebo. (mai/2002).

Parece que a imagem pública dos ciganos de Ipameri, ou seja, as suas imagens disponíveis para aqueles que não os conhecem pessoalmente, é, necessariamente, um tanto diversa da imagem que eles projetam através do trato direto com aqueles que os conhecem pessoalmente. A imagem pública dos ciganos é constituída a partir de uma seleção de fatos sobre eles que podem ser verdadeiros ou não e que se expandiu até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção tendo como consequência o aparecimento de vários estigmas e ainda conforme Goffman (1988) a manipulação da identidade pessoal.

Viu-se que a identidade generalizada dos ciganos divide o seu mundo de pessoas e espaços, o que faz também a sua identidade de cigano de Ipameri, embora de maneira diferente. Esses quadros de referências foram possíveis com a intensificação dos contatos com os ciganos e a pesquisa realizada com os demais moradores, identificando as diversas situações sociais que os ciganos participam.

Assim, será tentativa a seguir, mostrar que o cigano generalizado e o cigano de Ipameri são partes, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao cigano cuja identidade está em questão.

O “SEMELHANTE” E O “DIFERENTE”: O CIGANO E O OUTRO

Em 1782 aconteceu no condado de Hont (então parte da Hungria, hoje parte da Eslováquia), segundo Grellmenn apud Fonseca (1996) torturas de ciganos acusados de canibalistas. Um dos casos envolvia mais de 150 ciganos, 41 dos quais foram torturados até arrancarem deles confissões de canibalismo. Quinze homens foram enforcados, seis tiveram os ossos partidos na roda, dois foram esquartejados e dezoito mulheres decapitadas, antes mesmo que a investigação ordenada pelo monarca Habsburgo José II revelasse que todas as pretensas vítimas dos ciganos estavam vivas.

A jornalista Izabel Fonseca (1996) relata que em abril de 1991, em Bolintin Deal, uma cidade cerca de setenta quilômetros de Bucareste, um estudante de música de 23 anos foi morto por um cigano, e como retaliação, dezoito casas ciganas foram inteiramente queimadas numa única noite. Três anos depois, só o assassino, o cigano, mas nenhum dos incendiários havia sido processado. O prefeito dessa pequena cidade havia sido transformado em herói local: era um eloquente quanto ao princípio de predomínio da maioria, “a vontade do povo” e seu dever de protegê-lo e proteger o “direito de autodeterminação” dos romenos (etnicamente puros), o que significava seu direito de decidir qual seria a composição étnica de sua cidade. Quando a autora visitou a cidade em 1994, os moradores não demonstravam sinal de arrependimento. Ao contrário, tinham

orgulho dessa atitude ter sido noticiada no jornal da noite, e melhor ainda, que a reportagem tivesse inspirado eventos semelhantes por todo o país.

No Brasil um alvará de 1760 informa às autoridades de nosso país:

Eu El Rei faço saber aos que este Alvará de Lei virem que sendo me presente que os ciganos que deste Reino tem sido degredados para o Estado do Brasil vivem tanto à disposição de sua vontade que usando dos seus prejudiciais costumes com total infração das minhas Leis, causam intolerável incômodo aos moradores, cometendo continuados furtos de cavalos, e escravos, e fazendo-se formidáveis por andarem sempre incorporados e carregados de armas de fogo pelas estradas, onde com declarada violência praticam mais a seu salvo os seus perniciosos procedimentos; considerando que assim, para sossego público, como para correção de gente tão inútil e mal educada se faz preciso obrigá-los pelos termos mais fortes e eficazes a tomar vida civil (...) que vivam em bairros separados, nem todos juntos, e lhes não seja permitido trazerem armas, não só as que pelas minhas leis são proibidas, que de nenhuma maneira se lhes consentirão, nem ainda nas viagens, mas também aqueles que lhes poderão servir de adorno. E que as mulheres vivam recolhidas e se ocupem naqueles mesmos exercícios de que usam as do país. E hei por bem que pela mais leve transgressão do que neste alvará ordeno, o que for compreendido, nela seja degredado por toda a vida para a ilha de São Thomé, ou do Príncipe, sem mais ordem e figura de juízo (...). (China, 1936: 399 apud Teixeira, 1998).

Três momentos. Em 1760, 1782 e 1991. Mais do que isto, três atitudes fundamentais diante de um mesmo problema: o problema do OUTRO. São relatos que mostram a desqualificação do Outro em referência ao valor reafirmado do próprio EU. O Outro: um problema recorrente para os ciganos nas várias etapas de sua história, ao longo de sua experiência, individual e coletiva.

É importante reforçar que este problema corresponde a uma experiência fundamental – e original – da humanidade. Pensa-se no primeiro grupo humano que se encontrou com “outro”, sendo ao mesmo tempo por “outro” encontrado... Reconhecimento mútuo como semelhante? Ou evidência de “diferenças”? Sabe-se que a experiência da diferença, a humanidade a fez com diversas modalidades, em diversos patamares, revestindo-a em diversos graus de compacta densidade ou de seletividade de traços. Para Sanchis (1996:25):

(...) o resto passa a ser “os outros”, ainda está bem quando não reduz estes “outros” a uma globalidade genérica, confundindo as suas variadas diferenças numa simples oposição entre um EU coletivo e portador da civilização e um Outro soturno e indiferenciado. É então que a “diferença”, fator – ou pelo menos condição – de riqueza humana pelo reconhecimento mútuo, perde este seu valor, transmutando-se em “desigualdade”.

Roque de Barros Laraia (1999) procurou demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade. Para ele, a nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos “padrões” aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento de pessoas “diferentes” de nós. Tal fato representa um tipo de comportamento padronizado por um sistema cultural. Para Laraia, o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são produtos de uma herança cultural. Assim, pode-se entender o fato de que indivíduos de culturas diferentes como os ciganos são identificados por suas características culturais, o que foi detectado em Ipameri.

Para os demais moradores de Ipameri entrevistados, as características culturais marcantes dos ciganos de Ipameri são: para 36% o comércio de cavalos e objetos vendidos pelos mesmos;

12% consideram que são festeiros; também 12% destacam suas vestimentas; o mesmo percentual destaca o casamento realizado a partir dos 15 anos. Foram destacados também como características culturais presentes nos ciganos da cidade, as moradias e o espírito comunitário.

Ainda segundo Laraia (1999), o homem vê o mundo através de sua cultura e como consequência surge a propensão em considerar o seu modo de vida como mais correto e o mais natural. Tal tendência é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais, o que pode ser observado na citação abaixo:

São velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a “raças” ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidades para a mecânica; que os judeus são avaros e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traiçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto, e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses (Laraia, 1999:17).

Constata-se, assim, uma grande dicotomia entre “nós” e os “outros” e que comportamentos etnocêntricos resultam em apreciações negativas, dos padrões culturais de povos diferentes. Dentre o que os ciganos de Ipameri apresentam como negativo para os ipamerinos destacam-se a mendicância para 24% e a ociosidade para 23% o que é reforçado nos depoimentos abaixo:

Os ciganos não deveriam pedir ajuda e querer tudo na mão. Deveriam pedir trabalho. Deveriam ter um emprego fixo. (L.G. – auxiliar de enfermagem. (15/04/2003).

Uma dona de casa, que não quis ser identificada, moradora de Ipameri, também critica a ociosidade e a prática da mendicância dos ciganos da cidade:

Os ciganos de Ipameri deveriam trabalhar para não ficar pedindo alimentos e dinheiro na porta da casa dos outros, se eles têm pernas boas para andar e pedir, tem perna boa para trabalhar também. É porque eles aproveitam da boa ação dos povos de Ipameri. (15/04/2003).

Nos depoimentos dos ciganos e dos demais moradores de Ipameri, observa-se uma contradição em relação à mendicância. Para os primeiros, essa prática ocorre por necessidade e porque os ipamerinos são bondosos e gostam de ajudá-los. Enquanto grande parte dos não ciganos critica o ato de mendigar.

A aproximação e o convívio no *Território Cigano em Ipameri*, as observações, os questionários e as entrevistas em vários segmentos sociais da cidade, bem como o estudo bibliográfico, mostraram que as práticas racistas constroem-se e são reiteradamente repetidas a partir de preconceitos que grupos étnicos tidos como superiores têm acerca da história e do modo de vida daqueles considerados inferiores.

Para a maioria dos não ciganos entrevistados em Ipameri, o relacionamento entre eles e os ciganos na cidade é regular (54%). Como 21% considera o relacionamento ruim, vê-se que apenas 25% considera as relações entre ciganos e demais moradores em Ipameri como boa e muito boa.

Esse relacionamento regular é justificado por 44% dos entrevistados devido ao preconceito existente por parte dos não ciganos. A inexistência de conflitos entre ciganos e demais moradores, na cidade é justificativa para 7%, enquanto que 36% justifica a socialização, a falta de respeito, a violência, a diferença, são perigosos, e o pouco contato, na proporção de 6% para cada justificativa.

Segundo Raffestin (1993), não há superioridade absoluta e, menos ainda, inferioridade absoluta. Só há superioridade e inferioridade relativas. A passagem do relativo ao absoluto se inscreve

num mecanismo de dominação para fazer triunfar um poder. Assim, as diferenças étnicas, quando não estão mais latentes na consciência servem para alimentar um preconceito útil a afirmação de um poder.

Ainda para Raffestin, as diferenças étnicas constituem um fator político, que pode ser virtual ou pode ser concreto. E toda tentativa de reduzir as diferenças, entre indivíduos ou sociedades, ou de impor um modelo único é um genocídio que pode tomar múltiplas formas. Esse genocídio que, de um ponto de vista geral, enfraquece a autonomia da espécie no seu conjunto, cria um paradoxo de um certo “mundialismo” que o autor caracteriza assim:

Há de fato, duas maneiras de propor o mundialismo: de uma forma unitária, pelo triunfo de um modelo considerado, num dado momento, superior a todos os outros; ou de uma forma pluralista, pela experimentação de vários modelos. O mundialismo atualmente proposto é unitário, o que significa que nega o tempo e a evolução. O mundialismo unitário procede de uma falsa racionalidade, que esmaga todas as diferenças em proveito de um modelo único. É uma tentativa de homogeneização que só pode ser traduzida, a longo prazo, por uma série perda de autonomia, por uma contração das possibilidades de ação. (1993, p. 131).

Discutindo as abordagens sobre a integração ou afastamento social dos ciganos através de suas ações sociais e políticas, Martinez (1989) critica certos autores “tradicionais” que criaram uma “identidade” cigana apresentada como um espelho a todos os ciganos, dizendo que todos eles formariam um povo único, uma raça com uma cultura e uma linguagem comum.

O que comumente se estuda é o cigano enquanto povo único com uma cultura generalizada. Um povo visto com receio e desconfiança pelos não ciganos, que muitas vezes os atacam, praticando injustiças, emprestando-lhe má fama e a reputação de ladrões.

O historiador Teixeira (1998) apresenta a necessidade de ser desmontada a ideia de um cigano típico (um protótipo) pelas

evidências de grupos ciganos na diversidade de situações em que se encontram. Para o autor, antes de tudo, deve se desconstruir o modelo único sobre os ciganos, pois, as condições espaciais e temporais individualizam muito os ciganos.

Assim, reconhecer e discutir a diversidade cigana também pode ser um importante passo para que eles se percebam em um mundo complexo em que é necessário questionar o valor da hegemonia de um padrão cultural único. A ideia de um povo cigano único, oculta que os mesmos, apesar de compartilharem certas características étnicas são portadores de culturas diversas e podem ou não experimentarem relações conflituosas com os não ciganos. Desse modo, acredita-se que os ciganos de Ipameri foram apresentados não apenas enquanto importantes agentes sociais, como também enquanto aqueles que foram capazes de resistir/aceitar/sobreviver no interior do campo de relações a que estiveram expostos, tendo cada cigano do território sua peculiaridade, sua particularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever, compreender, analisar, enfim, pesquisar sobre o *Território Cigano em Ipameri* possibilitou um olhar e um diálogo aguçado sobre a Geografia Cultural e a sua pertinência para o estudo da diversidade cultural.

Esse diálogo permitiu visibilizar as diferentes referências de identidades construídas pelos variados segmentos étnicos no espaço, e ajudou compreender o papel preponderante que a cultura produzida por grupos sociais, assume na Geografia. Sendo a organização espacial da sociedade marcada por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais; a Geografia enquanto ciência social visa também, o estudo dos elementos culturais e deve ter um posicionamento diante da realidade de vários grupos étnicos.

Assim, acredita-se que o movimento da Geografia em direção às temáticas culturais aponta, entre outros, a constatação de se conhecerem os significados específicos, construídos por cada grupo social no espaço.

Paul Claval (1997) destaca que a orientação cultural na Geografia deve compreender como os grupos sociais constroem o mundo a sociedade e a natureza. Essa orientação cultural deve se interessar pela maneira como são estabelecidos critérios que separam os grupos sociais. Para o autor, essa reflexão conduz a

privilegiar, no mundo atual, como objetos geográficos da pesquisa cultural, grupos raciais e grupos étnicos.

Diante do diálogo exposto acima, sobre a Geografia Cultural e seu referencial para a diversidade cultural, percebe-se que o espaço ocupado por cada cigano e demais seres humanos no mundo, pode ser percebido como o espaço da vida e é o símbolo daquele tipo de vida que o situa em relação a outras possibilidades. Isso permite dizer que esse espaço específico, que abriga a vida, assume a condição de espaço único e humanizado, na medida em que a representação elaborada pelas pessoas que ocupam este espaço, se concretiza em representações espaciais.

Dessa forma, cada pessoa torna-se um universo de posições e oposições que se entrecrocavam na dinâmica das transformações, de tal forma que, para compreender a alma do corpo cultural, responsável pelas representações espaciais, é necessário tomar como ponto de partida o homem e suas ações sociais no espaço.

O cigano, enquanto ser humano pertencente a um grupo étnico, diferenciado e historicamente perseguido, nômade ou sedentário, tem sua integração permanente com o espaço, obrigatória sob um ponto de vista e imprescindível sob outro. É obrigatória, pois com sua vida nômade, suas caravanas muitas vezes viajando sem rumo absolutamente determinado, sua ânsia constante de viver de modo livre e aventureiro, precisava montar suas barracas, arranjar seus acampamentos, arrumar suas bagagens pelo menos durante um certo período do tempo. Pelos fatos consequentes de uma maneira de viver nômade, é bastante fácil compreender a necessidade do espaço para os ciganos.

Contudo, mesmo para os ciganos que abandonam a vida nômade, estabelecendo-se tal como qualquer morador numa cidade, o espaço continua imprescindível, para a construção de suas moradias, para suas atividades e para suas relações sociais.

Nesse sentido, buscou-se analisar a formação de um *território cigano em Ipameri*. As análises procedidas no trabalho seguiram o que foi levantado nas descrições do território. Partiu-se da premissa de que um estudo sobre a comunidade cigana em Ipameri, exigia-se pelo menos os seguintes procedimentos: a) a descrição do

próprio território; b) a análise das formas de articulações, através das trocas de relações dos ciganos entre si e dos mesmos com os demais moradores de Ipameri; c) a análise das representações do/no território e o modo como seus integrantes o compreendem.

Portanto, procurou-se descrever o território; explicar quem são, o que fazem, como trocam entre si relações sociais significativas, e como produzem e contornam os conflitos, gerados pela formação do território na cidade; finalmente, procurou-se deixar ao cuidado dos integrantes do território a sua própria explicação.

O território cigano foi concebido através de sua específica funcionalidade, que abriga um potencial ilimitado de significações sociais, as quais definiram os chamados espaços simbólicos. Além de sua funcionalidade, a dimensão territorial constitui e organiza resistência ou aceitação, que foram capazes de criar uma identidade territorial e servir como ponto de convergência de interesses evidenciando a diversidade de dimensões que tem o território.

Esta pesquisa comprovou que a produção do *Território Cigano em Ipameri*, encarado aqui como resultante de um conjunto de relações sociais é incessante e ininterrupta, não é algo acabado, mas está em contínuo movimento. É o resultado das ações trabalhadas na sua totalidade, sendo exclusivamente dinâmico. O movimento de construção do território jamais terminará, especialmente porque se considera que a produção do território é fruto da existência humana.

Por meio dessa constatação, pôde-se compreender que a partir das relações sociais, o grupo cigano não só transforma o seu território, como também se modifica nesse processo. Os ciganos então foram considerados como elementos produtores de seu território. Os costumes e tradições dos ciganos não se mantêm intactos, mas são vivenciados cotidianamente pelos membros ou praticantes destes, e sofrem influências e transformações. É, portanto, sobre a própria ideia de aceitação e de resistência cultural, as discussões finais do trabalho.

O processo de sedentarização, não é o único fator responsável pela aceitação/resistência dos ciganos na sociedade

envolvente. Este processo sempre se deu parcialmente. A prática do nomadismo está enraizada no cigano, tornando-se comum algumas famílias saírem do território temporariamente, a fim de exercerem atividades em outras localidades, principalmente quando seu território não lhes garante a sobrevivência econômica.

Os mecanismos de aceitação e resistência, em maior ou menor escala, são encontrados tanto em ciganos como nos demais moradores. Entre os ciganos, a aceitação se reflete na adoção de valores e rituais da sociedade envolvente, porém, existem praticando atividades até certo ponto diferenciadas das concepções econômicas da sociedade majoritária, mesmo que estas atividades não sejam totalmente aceitas pelos ipamerinos.

Os ipamerinos através da rejeição, da estigmatização e da discriminação frente aos ciganos, é que muitas vezes, levam os ciganos adotarem uma postura dupla. Os ciganos só aceitam parcialmente alguns traços culturais da sociedade não cigana, e procuram sempre manter a coesão do grupo, baseada na sua específica organização social, econômica e cultural, através de suas relações sociais internas. Portanto, o processo de interação social entre o cigano e o ipamerino, passa pela barreira da imagem que têm os ciganos generalizados.

A análise geográfica da comunidade cigana em Ipameri possibilitou apreender a espacialidade desse grupo cigano, além de constatar a estreita relação de tal comunidade com o espaço e, portanto, as relações sociais, econômicas e culturais existentes no território, entre os ciganos. Além do que, tal comunidade ao ser estudada traz à tona a questão das relações étnicas entre os ciganos e demais moradores em Ipameri.

Essa investigação traz como contribuição, a compreensão da formação e estruturação de um território cigano no espaço urbano em Ipameri, o que por sua vez, contribuiu para que a territorialização de tal comunidade seja reconhecida e considerada pelos demais moradores da cidade.

Outrossim, é preciso dizer que a cultura dos ciganos não pode ser desconsiderada pelos demais moradores, e que é necessário

que se entenda essa cultura enquanto diferente, e não enquanto inferior, para que ela seja mais valorizada, tanto pelos gestores públicos quanto pela população ipamerina. A história dessa comunidade cigana está presente em Ipameri, e de forma mais visível, a partir dos anos de 1980, nas barracas, nas vestimentas, nas festas e nas atividades comerciais do cavalo. Essa memória histórica precisa ser valorizada, recuperada e preservada.

O universo cigano é extremamente rico e dinâmico, sendo que a realidade aqui apresentada, fruto de observações e das leituras que se fizeram necessárias, ainda deixam várias questões em aberto, que merecem uma investigação detalhada, uma vez que alguns enfoques deixaram de ser profundamente analisados, por não estarem dentre os objetivos específicos da pesquisa. Dentre tais questões, pode-se destacar a necessidade de: investigar a formação de “redes” de territórios ciganos construídos principalmente pelo grau de parentesco; a formação de um território cigano na cidade de Caldas Novas, ramificado ao de Ipameri; compreender e averiguar quais as mudanças culturais provocadas na dinâmica interna dos ciganos a partir da sedentarização de grupos nas áreas urbanas da região sudeste de Goiás.

As sugestões da investigação de tais questões evidenciam que a análise realizada em relação ao *território cigano em Ipameri* não se esgota, posto que esse é apenas um primeiro olhar geográfico que foi lançado sobre “*José, Tereza, Zélia ... e seu Território*”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural e Geógrafos Culturalistas**: Uma leitura Francesa. Revista Geosul. Florianópolis, SC. Ed. UFSC, nº15. 1993. p. 40-52.

_____. **Biodiversidade, Ecoturismo e a reinvenção da natureza**. Comunicação no 3º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura. UERJ, outubro/2002. p. 01-16.

ANDRADE, Manuel C. de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades**: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. (Org.) et al. Território – Globalização e Fragmentação. São Paulo. Hucitec, 1994. p. 213-220.

ARRUTI, José Maurício Andion. Etnogeografia. In: ARRUTI, José Maurício Andion. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1996. p. 126-177.

BALESTEROS, A. G. **Geografia y Humanismo**. Barcelona, Madrid, 1992. p. 7-18.

BECKER, Olga M. S. **Mobilidade Espacial da População**: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. de (Org.) et al. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1997. p. 319-367.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Do sertão à cidade**: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional. In: MESQUITA, Zilá e Brandão, Carlos Rodrigues (Orgs). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS/Santa Cruz do Sul, Ed. UNISC, 1995. p. 155-177.

BUENO, Virgínia R. S. **A Globalização e o Espaço do Cidadão**: espaço global – mundo fragmentado. Revista Travessia. CEM – Ano X, n.º 27. jan/abr-1997. p. 15-21.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o Dinamismo do Mundo vivido. In: CHISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo. Difel, 1982. p. 165-193.

CÂNDIDO, Antônio. Os tipos de povoamento/As formas de persistência. In: CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo, Livraria. Duas Cidades, 1982. p. 5-65; 199-211.

CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciência en la Geografía contemporánea**. Barcelona, Barcanova, 1981. p. 245-456.

CARA, Roberto B. Territorialidade e Identidade Regional no Sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M. (Org.) et al. **Território – Globalização e Fragmentação**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo. Hucitec, 1994. p. 261-269.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo. Hucitec, 1996.

CAVALCANTI, Lana de S. A Cidadania, **O Direito à Cidade e a Geografia escolar** – elementos para o estudo do espaço urbano. São Paulo. Geosp – espaço e tempo. nº 5, 1999. p. 41-55.

_____. **Uma Geografia da Cidade**: elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, L. de S. (Org.). Geografia da Cidade. Goiânia. Alternativa, 2001.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Tradução de Luiz Figazzola Pimenta e Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999. Título original: La Géographie Culturelle, 1995.

_____. **As abordagens da Geografia Cultural**. Tradução de Paulo Cesar da Costa Gomes. In: CASTRO, I. E. de (Org.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997. p. 89-118.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Organizada por Cláudio Brandão de Oliveira, Rio de Janeiro, Ed. DP e A, 10ª ed., 2002.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

_____. **Territorialidade e Corporação**: um exemplo. In: SANTOS, M. (Org.) et al. Território – Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994. p. 251-256.

DAMATTA, Roberto. Antropologia e História. In: DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro, Rocco, 1993. 4ª ed. [1ª Ed.: 1987], p. 86-142.

_____. Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. São Paulo, Rocco, 1999[1984], p. 29-63.

FERREIRA, Aroldo M. **Urbanização e Arquitetura na Região da Estrada de Ferro Goiás – E.F. Goiás**: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo. (Dissertação de Mestrado). Goiânia. UFG, 1999.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé**: Os Ciganos e a sua jornada. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. Título Original: Bury me standing: the gypsies and their journey, 1995.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Graal, 1989, p. 13-41.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo. Atlas, 1999.

GODWIN, Peter. **Ciganos**: eternos intrusos. Revista National Geographic. Brasil, abril/2001. p. 58-89.

GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro – LTC Editora, 1988. Tradução de Márcia Bandeira de M. L. Nunes. Título original: Stigma – notes on the management of spoiled identity. 1963.

GOMES, Paulo César da C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

_____. Culturas Teóricas, Culturas Políticas no Pensamento Geográfico. In: CASTRO, I. E. (Org.) et al. **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. p. 335-339.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.) et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDALL, Z. L. (org.) et al. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, ED-UERJ, 1999. p. 169-189.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo, Ed. Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP e A Ed, 1997. Tradução de Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Título Original: The question of cultural identity, 1992.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1989.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 12ª ed., 1999. (1ª edição 1986).

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ed. Ática, 1991.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. In: GEOGRAPHIA – **Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Rio de Janeiro, ano 3, n.º 6, 2002.

LIMA, Heloisa P. **Entre o nomadismo e o sedentarismo: os ciganos circenses**. Revista Travessia. CEM – Ano X n.º 27, jan/abr-1997. p. 12-14.

LIMA, Solange T. de. **Paisagens e Ciganos**. UNESP, tese-doutorado em Geografia, 1996.

LUNA, S. V.de. **Planejamento de Pesquisas: Uma Introdução**. São Paulo, EDUC, 1996.

MAGNANI, J. G. Cantor. Quando o campo é a Cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. Cantor (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, ed. USP-FAPESP, 1996. p. 12-53.

MAIA, D. S. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB**. (Tese de Doutorado), USP, São Paulo, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural. 1972/1922, p. 17-34.

MARTINEZ, Nicole. **Os ciganos**. Tradução de Josette Gian. Campinas (SP). Papirus, 1989. Título original: Les tsiganes.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do homem simples**. São Paulo. Hucitec, 2000.

_____. Fronteira – **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, Hucitec, 1997. p. 145-203.

MELLO, J. B. F. de. Geografia Humanística: A perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 52(4), 1990, p. 91-115.

MESQUITA, Zilá. Do Território à Consciência Territorial. In: MESQUITA, Z. (Org.). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. Ed. UFRGS/UNISC, 1995. p. 76-91.

MORAES, Antônio Carlos R. Introdução. In: MORAES, A. Carlos R. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2000.

MORAES FILHO, Melo. **Os Ciganos no Brasil e o Cancioneiro dos Ciganos**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia e EDUSP, reeditam em 1981. Título original: Os Ciganos no Brasil e Cancioneiro dos Ciganos. B. L. Garnier. Rio de Janeiro, 1886.

MOURA, Rosa. Cinco Séculos de desigualdade na apropriação do solo urbano. In: SOUZA, Álvaro José (Org) et al. **Paisagem, Território, Região em busca da Identidade**. Cascavel (Pr). Edunioeste, 2000.

PEREIRA DE QUEIROS, Maria Isaura. O sitiante tradicional e a percepção do espaço. In: Pereira de Queiroz, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1973 [1ª ed. 1968], p. 48-71.

PORTELLIN, Alessandro. **Tentando Aprender um pouquinho** – algumas reflexões sobre a ética na História oral. Projeto História. São Paulo, n.º 15, abr/1997. p. 13-33.

RAFFESTIN, C. Por uma **Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993. Título original: Pour une géographie du pouvoir, 1980.

RATTS, Alecsandro J. P. **O mundo é grande e a nação também**: identidade e mobilidade em territórios negros. Tese-doutorado, USP, FFLCH, 2000.

RATZEL, F. As Raças Humanas. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. (Org.) Ratzel. São Paulo, Ática, 1990, [1882/1891], p. 108-150.

_____. **O Solo, a sociedade e o Estado**. Tradução de Mário Antônio Enfrásio. FFLCH-USP, 1982. Título original: Le sol, la société et l'état. 1898.

ROLNIK, Raquel. Fronteiras: a unicidade da lei e a multiplicidade dos territórios. In: **A Cidade e a Lei**. São Paulo, Nobel/FAPESP. 1997. p. 59-100.

SAHLINS, Marshal. Conclusão: a utilidade e a ordem cultural. In: SAHLINS, Marshal. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 226-242.

SANCHIS, Pierre. A Crise dos Paradigmas em Antropologia, In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos Olhares Sobre a Educação e Cultura**. Belo Horizonte – UFMG, 1996. p. 23-38.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre a ciências**. Porto, Portugal, Edições Afrontamento 1997, p. 5-58.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

_____. e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Ed. Record, 3ª ed., 2001.

SANTOS, Virgínia R. dos. **Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo**. Dissertação-Mestrado, USP, FFLCH, 2002.

SCHEPIS, Rosaly Marisa. **Ciganos**: os filhos Mágicos da Natureza. São Paulo (SP) Madras, 1997.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed. 1993.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TEIXEIRA, Rodrigo C. **A questão cigana**: uma introdução. Correrias de ciganos pelo território mineiro. Dissertação-Mestrado em História, Belo Horizonte, UFMG, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Guia para Apresentação de Trabalhos Monográficos na UFG**. 2^a ed. Goiânia: Gegraf-UFG, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, 1998.



Este livro foi composto em Georgia, corpo 10,5/13,4
Impresso pela Universidade Estadual de Goiás sobre papel off-set 75g/m²
BR-153 – Quadra Área – 75.132-903 – Anápolis-GO
www.ueg.br / Fone: (62) 3328-1153